

# RELATÓRIO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Cooperados, a administração de UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA. (Unimed-Rio/cooperativa) submete à apreciação de V.Sas, o relatório de gestão da administração e as correspondentes demonstrações financeiras da cooperativa, juntamente com o parecer da empresa de auditoria Lopes, Machado Auditores – BKR International e as notas explicativas, referente ao exercício social de 2016.

**Antônio Romeu Scofano Jr.**  
Presidente

## I. Introdução

Ao assumir a administração da Unimed-Rio em 23/08/2016, a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Técnico encontraram sérios problemas financeiros e operacionais que poderiam comprometer a continuidade das operações, agravados pela inexistência de um processo de transição.

Na assembleia de 28/07/2016, que deliberou pela destituição dos antigos administradores e ajuizamento de ação de responsabilidade civil em face de quem de direito, os cooperados entenderam que deveriam assumir o papel que lhes cabia como sócios da cooperativa e deixaram para trás a postura passiva que durante quase vinte anos prevaleceu, gerando resultados negativos.

Contribuíram e agravaram os problemas financeiros operações como: (i) a compra de carteiras com alto índice de sinistralidade (ex: Golden Cross e CAARJ). Essas carteiras, adquiridas em 01/10/2013 e 01/04/2008, respectivamente, vêm apresentando uma sinistralidade elevada (105,50% para a CAARJ e 100,40% para a Golden Cross); (ii) o uso da estrutura societária (sociedades controladas) da Unimed-Rio para o patrocínio de um time de futebol e aquisição de atletas e seus respectivos direitos de imagem; e (iii) o uso exagerado e, muitas vezes, indevido de contratos com pessoas jurídicas relativos à prestação de serviços (em alguns casos de forma simultânea de pessoa jurídica e contrato de trabalho regido pelas Consolidação das Leis do Trabalho).

A Diretoria Executiva manteve o contrato com a Lopes, Machado Auditores – BKR International para auditar as demonstrações financeiras do exercício social de 2016, que serão levadas para deliberação e aprovação em assembleia de cooperados.

A cooperativa está desde 25/03/2015 em Direção Fiscal e em Direção Técnica desde 20/10/2016, na forma da legislação vigente.

## II. O Exercício de 2016

Ao final do exercício de 2016, ficaram evidentes os progressos verificados na Unimed-Rio, a partir da mudança de seus administradores deliberada e aprovada por seus cooperados. Entre outras medidas de gestão, a cooperativa passou a concentrar seu foco:

- Nos planos corporativos voltados para pequenas e médias empresas;
- Na renegociação com prestadores assistenciais;
- No aumento do escopo da auditoria médica e revisão de processos relacionados à cobertura de serviços;

- Na padronização de fornecedores de OPME;
- Na reorganização de fornecedores de OPME;
- Na redução do quadro de pessoal e;
- Num nova política de comissionamento para vendas novas e renegociação dos contratos existentes.

Com isso, alguns índices de performance financeira melhoraram consideravelmente. Convém destacar, entre os feitos dessa adoção de melhores práticas que buscam o aprimoramento da governança e da performance, a redução do endividamento de curto e longo prazo da cooperativa.

A melhoria e preservação das relações com outras singulares também entrou no alvo da nova administração. O primeiro ato foi a assinatura do Termo de Cooperação com a Unimed do Estado do Rio de Janeiro – Federação Estadual das Cooperativas Médicas e com a Unimed Leste Fluminense que regularizou pendências no pagamento de intercâmbio da ordem de R\$ 70 milhões e garantiu a volta da prestação regular de serviços médicos em Niterói e nas cidades vizinhas. Da mesma forma, o pagamento do intercâmbio com as demais singulares está sob controle, com redução do saldo total nos últimos meses.

O mesmo foi feito com os prestadores assistenciais. Dívidas vencidas foram renegociadas com a assinatura de confissões de dívida, o que vem reduzindo de forma controlada e permanente o endividamento junto à rede.

Em ambos os casos detalhados acima, intercâmbio e rede, as confissões de dívida não só reduziram as parcelas vencidas, como também alongaram os prazos de pagamento, melhorando a qualidade do fluxo de caixa da cooperativa.

Com a rede bancária, a Unimed-Rio também vem honrando seus pagamentos.

As demonstrações financeiras de 2014 e 2015 da cooperativa foram aprovadas, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de dezembro de 2016, o que contribuiu para dar maior tranquilidade ao mercado financeiro e aos fornecedores da Unimed-Rio. Na mesma assembleia, foi aprovado o pagamento pelos cooperados, a partir de maio de 2017, do valor equivalente a 1% (um por cento) da produtividade de cada um para fins de rateio de perdas acumuladas da cooperativa.

Em paralelo às atividades a cargo dos novos administradores, os cooperados passaram também a se movimentar para salvar a cooperativa, participando ativamente do esforço para recuperar financeiramente a Unimed-Rio.

Em 27 de setembro de 2016, foi realizada Assembleia Geral para, seguindo recomendação da ANS, obter um aporte de R\$ 502.000.000,00 (quinhentos e dois milhões de reais) dos cooperados. A proposta de aporte foi rejeitada, porém os mesmos cooperados aprovaram, por maioria de votos, a manutenção do desconto mensal de 30% (trinta por cento) da produtividade de cada um deles para amortizar o saldo devedor da DIOPE em 20/2008.

Nesse particular, convém mencionar que, ignorando a posição da assembleia de 27 de setembro, vários cooperados (78 ao todo nos últimos meses), de forma voluntária, passaram a reembolsar os montantes por eles devidos como decorrência da norma estabelecida pela DIOPE em 20/2008.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLDADORA		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>411.284</b>	<b>436.732</b>	<b>480.110</b>	<b>466.111</b>
Disponível	3	7.764	9.483	8.982	10.198
Realizável		<b>403.520</b>	<b>427.249</b>	<b>471.128</b>	<b>455.913</b>
Aplicações Financeiras	3	81.963	80.281	93.058	92.688
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		16.326	61.016	16.326	61.016
Aplicações Livres		65.637	19.265	76.732	31.672
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	4	<b>70.363</b>	<b>61.105</b>	<b>71.949</b>	<b>55.919</b>
<b>Créditos de Oper. Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora</b>	5	<b>61.377</b>	<b>85.031</b>	<b>61.377</b>	<b>85.031</b>
Despesas Diferidas		-	2.926	-	2.926
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	6	<b>108.364</b>	<b>156.050</b>	<b>114.229</b>	<b>160.647</b>
Bens e Títulos a Receber	7	79.391	38.364	128.372	55.177
Despesas Antecipadas		2.062	2.946	2.143	2.979
<b>Conta Corrente com Cooperados</b>	8	<b>-</b>	<b>546</b>	<b>-</b>	<b>546</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.406.075</b>	<b>1.116.660</b>	<b>1.680.923</b>	<b>1.430.134</b>
Realizável a Longo Prazo		1.116.276	871.592	1.181.011	883.552
Aplicações Financeiras		-	-	15.000	-
Aplicações Livres		-	-	15.000	-
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	6	<b>25.118</b>	<b>25.118</b>	<b>25.118</b>	<b>25.118</b>
Ativo Fiscal Diferido	9	267.233	73.511	316.968	87.977
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	115.068	84.386	115.068	84.386
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	7	47.736	52.601	47.736	50.095
<b>Conta Corrente com Cooperados</b>	8	<b>661.121</b>	<b>635.976</b>	<b>661.121</b>	<b>635.976</b>
Investimentos	11	228.340	179.161	35.783	46.095
Outros Investimentos		228.340	179.161	35.783	46.095
<b>Imobilizado</b>	12	<b>59.094</b>	<b>63.264</b>	<b>415.448</b>	<b>429.496</b>
Imóveis Não Hospitalares		43.017	43.962	43.017	43.962
Imóveis Hospitalares		-	-	215.637	217.733
Imobilizado Não Hospitalares		15.593	18.665	27.085	32.016
Imobilizado Hospitalares		-	-	106.648	110.401
Imobilizações em Curso		147	147	147	147
Outras Imobilizações		337	490	23.094	25.237
Intangível	13	2.365	2.643	48.681	70.991
<b>TOTAL</b>		<b>1.817.359</b>	<b>1.553.392</b>	<b>2.161.033</b>	<b>1.896.245</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS		SOBRAS/PREJ. ACUMULADOS	
	Capital Social Subscrito	Capital a Integralizar	Adto. p/ Futuro	Reservas de Capital	Reservas de Sobras	Sobras (Perdas) Acumuladas
<b>SALDO EM 31/12/2014</b>	<b>198.972</b>	<b>(5.452)</b>	-	<b>1.567</b>	<b>500</b>	<b>(1.016.130)</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Efeitos da mudança de critérios contábeis (nota 3)	-	-	-	-	-	(29.781)
Retificação de erros de exercícios anteriores (nota 3)	-	-	-	-	-	(88.079)
Aumento de Capital / Patrimônio Social c/ Lucros e Reservas	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital em Espécie	-	-	-	-	-	-
Capital Integralizado	-	4	-	-	-	-
Baixa de Cooperados	-	(3.533)	-	-	-	(3.350)
Reversões de Reservas	-	183	-	-	-	(185)
Sobras (Perdas) do Exercício	-	-	-	-	-	30.100
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>	<b>195.439</b>	<b>(5.265)</b>	-	<b>1.567</b>	<b>315</b>	<b>(986.030)</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Efeitos da mudança de critérios contábeis	1.498	(1.498)	-	-	-	(10.554)
Aumento de Capital / Patrimônio Social c/ Lucros e Reservas	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital em Espécie	-	-	-	-	-	-
Capital Integralizado	-	7	-	-	-	8
Capital a Integralizar	-	(8)	-	-	-	-
Baixa de Cooperados	-	(12.115)	-	-	-	(11.874)
Reversões de Reservas	-	241	-	-	-	-
Sobras (Perdas) do Exercício	-	-	-	-	-	66.885
Recebimento da IN20 do Exercício	-	-	-	-	-	105.630
Pagamento da IN20 do Exercício	-	-	-	-	-	(60.237)
<b>SALDO EM 31/12/2016</b>	<b>184.857</b>	<b>(6.549)</b>	-	<b>1.567</b>	<b>315</b>	<b>(919.145)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

ACUMULADO	CONTROLDADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
<b>(A) GERAÇÃO DE RIQUEZA</b>				
<b>a) Ingressos e Receitas</b>	<b>5.107.134</b>	<b>5.124.242</b>	<b>5.146.886</b>	<b>5.170.625</b>
a1) Contraprestações Emitidas Líquidas	5.082.412	5.013.968	5.147.529	5.060.162
a2) Outros Ingressos e Receitas Operacionais	72.081	86.926	72.081	87.115
a3) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa-Reversão/Constituição	(47.359)	23.348	(72.724)	23.348
<b>b) Variação das Provisões Técnicas</b>	<b>277</b>	<b>489</b>	<b>277</b>	<b>489</b>
b1) Provisão de Remissão	277	489	277	489
<b>c) Receita Líquida Operacional (a-b)</b>	<b>5.107.411</b>	<b>5.124.731</b>	<b>5.147.163</b>	<b>5.171.114</b>
<b>d) Eventos, Dispendios e Despesas Operacionais e Sinistros</b>	<b>(3.881.744)</b>	<b>(3.823.523)</b>	<b>(3.798.778)</b>	<b>(3.752.012)</b>
d1) Eventos Indenizáveis Líquidos	(3.586.915)	(3.490.113)	(3.503.949)	(3.418.602)
d2) Variação da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	(8.468)	12.634	(8.468)	12.634
d3) Outros Dispendios/Despesas Operacionais	(286.361)	(346.044)	(286.361)	(346.044)
<b>e) Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(633.399)</b>	<b>(614.223)</b>	<b>(716.776)</b>	<b>(681.381)</b>
e1) Despesas de Comercialização	(353.575)	(344.653)	(353.575)	(344.653)
e2) Despesas com Serviços de Terceiros	(95.712)	(93.725)	(95.712)	(93.725)
e3) Materiais, Energia e Outras Despesas Administrativas	(93.781)	(127.470)	(156.298)	(182.695)
e4) Despesas Financeiras	(90.253)	(47.693)	(93.178)	(48.458)
e5) Perda/Recuperação de Valores Ativos	(78)	(682)	(18.013)	(11.850)
<b>f) Valor Adicionado Bruto (c-d-e)</b>	<b>592.268</b>	<b>686.985</b>	<b>631.609</b>	<b>737.721</b>
g) Depreciação, Amortização e Exaustão	(5.836)	(6.039)	(34.255)	(31.834)
<b>h) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>586.432</b>	<b>680.946</b>	<b>597.354</b>	<b>705.887</b>
<b>PELA ENTIDADE</b>				
<b>i) VALOR ADICIONADO RECEBIDO / CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>28.987</b>	<b>6.985</b>	<b>91.198</b>	<b>106.595</b>
i1) Receitas Financeiras	60.261	68.933	66.104	72.954
i2) Resultado de Equivalência Patrimonial	(31.274)	(88.983)	22.251	5.481
i3) Outras	-	27.035	2.843	28.160
<b>(II) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (h+i)</b>	<b>615.419</b>	<b>687.931</b>	<b>688.552</b>	<b>812.482</b>
<b>(B) DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA</b>				
<b>a) Remuneração do Trabalho</b>	<b>(570.669)</b>	<b>(585.681)</b>	<b>(598.871)</b>	<b>(615.001)</b>
a1) Cooperados	(457.957)	(476.725)	(457.957)	(476.725)
a1.1) Produção (Consultas e Honorários)	(457.957)	(476.725)	(457.957)	(476.725)
a2) Dirigentes, Conselheiros e Empregados	(19.712)	(19.956)	(140.914)	(118.276)
a2.1) Salários, 13ª, Férias, etc.	(89.778)	(89.653)	(111.507)	(111.910)
a2.2) Benefícios	(11.545)	(10.716)	(15.919)	(15.524)
a2.3) F.G.T.S	(11.389)	(8.587)	(13.488)	(10.842)
a2.4) Bônus / Participação nos Lucros e Resultados	-	-	-	-
<b>b) Remuneração do Governo - Impostos/Taxas/Contribuições</b>	<b>85.737</b>	<b>(164)</b>	<b>82.374</b>	<b>(45.715)</b>
b1) Federais	151.144	38.257	169.300	13.220
b1.1) Previdência Social	(23.101)	(19.169)	(28.804)	(25.412)
b2) Estaduais	(4)	(6)	(176)	(62)
b3) Municipais	(42.302)	(19.246)	(33.461)	(32.401)
<b>c) Contribuições para a Sociedade</b>	<b>(9.839)</b>	<b>(12.825)</b>	<b>(9.839)</b>	<b>(12.825)</b>
<b>d) Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>(53.763)</b>	<b>(59.161)</b>	<b>(94.479)</b>	<b>(107.880)</b>
d1) Juros	(52.879)	(56.652)	(93.595)	(105.371)
d2) Aluguéis	(884)	(2.509)	(884)	(2.509)
<b>e) Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(66.885)</b>	<b>(30.100)</b>	<b>(67.737)</b>	<b>(31.061)</b>
e1) Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-
e2) Constituição de Reservas e Fundos	-	-	-	-
e3) (Sobras/Perdas Líquidas à Disposição da A.G.O)	(66.885)	(30.100)	(67.737)	(31.061)
<b>(III) Total Distribuído (a+b+c+d+e)</b>	<b>(615.419)</b>	<b>(687.931)</b>	<b>(688.552)</b>	<b>(812.482)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA (Metódo Indireto)

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

ACUMULADO	CONTROLDADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Ajustes por:</b>				
(=) Sobras (Perdas) Antes Apuração do IR e CS	(126.273)	(30.221)	(160.168)	(19.160)
(+/-) Depreciação e Amortização	6.386	9.874	34.891	32.256
(+/-) Lucro /Prejuízo na Venda ou Baixa de Imobilizado	70	640	75	5.060
(+/-) Lucro /Prejuízo na Alienação ou Baixa de Intangível	-	-	17.933	12.911
(+/-) Lucro /Prejuízo na Alienação ou Baixa de Investimentos	8	(26.852)	13.365	(26.862)
(+/-) Provisão para Perdas sobre Créditos	47.359	(23.348)	72.724	(23.348)
(+/-) Provisão para Remissão	(277)	(489)	(277)	(489)
(+/-) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar	117.084	(200.710)	109.350	(153.140)
(+/-) Provisão de Prêmio/Contraprestação não Ganha	(101)	3.540	(101)	3.540
(+/-) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	8.468	(12.635)	8.468	(12.635)
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	31.274	88.984	(10.362)	(5.446



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Reapresentado) (Em milhares de reais)

**1 – CONTEXTO OPERACIONAL E ASPECTO SOCIAL**

**A Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. – “Unimed-Rio” ou “Cooperativa”** foi constituída em 08 de dezembro de 1971, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 42.163.881/0001-01, que obedece às diretrizes da Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências, e tem por finalidade a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento da assistência médica. A sede da Unimed-Rio está localizada na Avenida Armando Lombardi, 400, lojas 101 a 105, 108 e 109, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ, e tem como missão a busca por melhorias em soluções inovadoras de saúde.

Em 25 de março de 2015, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, instaurou o regime de Direção Fiscal devido aos problemas econômico-financeiros apresentados no ano anterior, referentes às questões regulatórias exigidas pelo órgão. Em 23 de março de 2016, por meio da Resolução Operacional – RO nº 2.008, reinstaurou o Regime de Direção Fiscal na Unimed-Rio por mais um ano. A função da agência é acompanhar de forma presencial a situação econômico-financeira da Operadora.

Em 23 de agosto de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para eleição do Conselho de Administração, sendo 05 (cinco) membros para Diretoria Executiva (Diretores Presidente, Médico, Administrativo, Financeiro e Mercado), 10 (dez) membros vogais e 03 (três) suplentes; e eleição do conselho técnico, sendo 07 (sete) efetivos e 02 (dois) suplentes, sendo deliberada também a remuneração dos dirigentes.

Em 27 de setembro de 2016, foram apresentadas na Assembleia Geral Extraordinária propostas para ressarcimento por parte dos cooperados referente aos pagamentos de débitos assumidos no âmbito da Instrução Normativa nº 20, porém as propostas sugeridas não foram aceitas pelos cooperados. A diretoria da Unimed-Rio junto com os cooperados, concordaram em continuar descontando 30% da produção mensal do cooperado.

Visando garantir a continuidade dos atendimentos aos seus beneficiários, durante o exercício de 2016 foram adotadas algumas medidas em prol do funcionamento e reequilíbrio econômico-financeiro da Cooperativa, tais como:

- Formalização dos acordos das confissões de dívidas junto aos Prestadores de serviços (Rede Médica) com renegociações dos montantes devidos;
- Em outubro de 2016, a Cooperativa junto com o Banco Santander firmou um contrato exclusivo de assessoria financeira, no qual o banco terá a responsabilidade de negociar os ativos da Operadora;
- Em 24 de novembro de 2016, foi assinado um Termo de Compromisso entre as entidades: Ministério Público Federal, Ministério Público do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Rio de Janeiro, ANS, Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Rio de Janeiro, Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviço de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro, Unimed do Rio, Central Nacional Unimed, Unimed Seguros, Federação das Unimeds do Rio de Janeiro e a Unimed-Rio. De acordo com este termo, a Unimed-Rio tem o prazo de 90 dias (prorrogáveis) para sanear os problemas financeiros. Caso a Cooperativa não cumpra com a série de deveres listados no referido termo, tem como principal consequência o seu descumprimento até a presente data, a Unimed-Rio torna a ressaltar seu comprometimento e dedicação em atender as obrigações firmadas e, com isso, faz jus a sua prorrogação, conforme estipulado no referido instrumento. Em 20 de dezembro de 2016, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, na qual foram aprovadas as contas dos exercícios de 2014 e 2015, as quais haviam sido reprovadas pelos cooperados em Assembleias anteriores. Foi definido o rateio das perdas acumuladas de ambos exercícios, que será realizado através do desconto de 1% (um por cento) ao mês a partir de maio de 2017.

A Controladora Unimed-Rio vem apresentando uma situação de insuficiência de Margem de Solvência e de Ativos Garantidores em relação aos parâmetros requeridos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, respectivamente nos montantes negativos de R\$ 1.842.789 em 2016 (R\$ 1.622.616 em 2015) e R\$ 890.192 em 2016 (R\$ 721.213 em 2015), além do capital circulante líquido negativo de R\$ 1.350.601 em 2016 (R\$ 1.372.465 em 2015).

As renegociações com os prestadores da rede médica durante o ano de 2016, ocasionaram um aumento na rubrica Eventos Indenizáveis referente aos recursos resgatados pelos prestadores que totalizaram R\$ 4.053.341 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.901.204 em 2015). Devido a isto, a Unimed-Rio apresentou em 2016 uma sinistralidade de 91,00% (79,43% em 2015).

Desde o primeiro programa de saneamento apresentado pela Unimed-Rio em março de 2016, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos moldes da Resolução Normativa nº 316, de 30 de novembro de 2012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, alterada pela Resolução Normativa nº 401, de 25 de fevereiro de 2016, a Cooperativa visa reverter as insuficiências econômico-financeiras, sobretudo de Margem de Solvência e Ativos Garantidores, apuradas durante o regime especial de Direção Fiscal. A partir da ANS, o programa de saneamento foi revisado e reapresentado em 22 de fevereiro de 2017, com novas projeções com base nos valores atuais da Cooperativa. No âmbito do Termo de Compromisso, um novo programa de saneamento foi apresentado no dia 22 de fevereiro de 2017, com projeções de 36 meses, a partir do mês de novembro de 2016. Este programa ainda será analisado pela ANS que só irá emitir opinião em relação a sua aprovação, após decorrido um terço do prazo de sua vigência, ou seja, um ano a partir de novembro de 2016.

**2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS bem como as interpretações emitidas por aquele comitê e em conformidade com a lei das cooperativas, Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas a partir de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a previsão dos prazos de vidas úteis remanescentes dos bens registrados no ativo imobilizado e o seu recuperabilidade nas operações, provisões técnicas de operações de assistência à saúde, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico, inerente ao processo de estimativa. A Administração da Cooperativa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 08 de março de 2017.

**a) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Unimed-Rio e de suas controladoras diretas e indiretas, apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e das suas investidas.

Destacamos as principais entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais são classificadas como controladas, nas quais a Cooperativa exerce controle de forma preponderante na gestão das políticas financeiras e operacionais, sendo estas:

Razão Social	Tipo	% de participação	
		2016	2015
Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A.	Controlada Direta	99,99	99,99
Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.	Controlada Indireta	99,99	99,99
Unimed-Rio Soluções Ltda.	Controlada Indireta	99,99	99,99
CEFIS – Centro de Excelência Física Unimed-Rio e FJG	Controlada Indireta	51,00	51,00

As controladas diretas e indiretas são integralmente consolidadas a partir da data de constituição e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos oriundos de transações intergrupo, receitas e despesas, ganhos e perdas, são eliminados por completo.

**b) Investimento em coligadas e joint venture**

Os investimentos indiretos da Unimed-Rio realizados por meio da controlada direta Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A. – UPAR, são representados pelo investimento na coligada Norte D’Or (30% de participação) e na joint venture Centro de Excelência Oncológica – CEGON (50% de participação), os quais são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Unimed-Rio exerce influência significativa. A joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo contratual, têm direitos aos ativos líquidos da joint venture.

O investimento na coligada Norte D’Or foi contabilizado no balanço patrimonial ao custo adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na mesma, com base no método da equivalência patrimonial. O custo relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada ou da joint venture. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada ou da joint venture, a Unimed-Rio reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. No processo de consolidação das demonstrações financeiras da controladora e suas investidas, os ganhos e as perdas resultantes de transações entre a Unimed-Rio e a coligada ou joint venture são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada ou na joint venture.

A participação societária na coligada ou na joint venture está apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras da coligada ou da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Unimed-Rio. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Unimed-Rio.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Unimed-Rio determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento. A Unimed-Rio determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Unimed-Rio calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da investida e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

**c) Apuração do resultado**

**i. Reconhecimento da receita de contraprestação**

A receita de Contraprestação Efetiva de Plano de Assistência à Saúde é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável, com base ao período de vigência decorrido de cada contrato de cobertura do risco. A receita é apropriada pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço. As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde e odontológica, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata diu de cada período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos são registradas na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, deve-se apurar a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas (PPCNG), em conta de passivo, relativa ao período de cobertura do risco a decorrer nos contratos de pré-pagamento. Posteriormente, o risco decorrido é apropriado na receita de contraprestação de acordo com o regime de competência.

A receita com administração do intercâmbio eventual é reconhecida com base nos percentuais de taxa de administração, determinados no manual do intercâmbio entre Unimeds, aplicados sobre o valor dos reembolsos de atendimentos assistenciais realizados na rede contratada da Unimed-Rio relativos aos beneficiários de outras Unimeds. A receita da Cooperativa e de sua controlada Unimed-Rio Participações Ltda. é apropriada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviços.

**ii. Reconhecimento do custo dos eventos indenizáveis líquidos**

Os eventos indenizáveis são contabilizados pela Unimed-Rio na data da apresentação da conta médica ou do aviso aos prestadores para a área médica, que é responsável pela análise e reconhecimento dos eventos ocorridos. Toda despesa que ocorre pela prestação do atendimento, refere-se a cobertura contratual do beneficiário do plano de saúde, inclusive a taxa de intercâmbio eventual que uma operadora paga a outra para prestar atendimento ao seu beneficiário. Nos casos em que o fato gerador do custo (atendimento ao beneficiário) ocorrer antes da data de encerramento do balanço, e que a Unimed-Rio tenha sido comunicada em data subsequente, o seu reconhecimento contábil se dá com a constituição da provisão técnica denominada como Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA conforme explicado na Nota 14 – Provisões Técnicas.

Os serviços prestados pelas controladas são apropriados ao custo, correspondentes aos eventos efetivamente ocorridos até a data do balanço, sendo observado o adequado período de competência.

**iii. Reconhecimento de outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde de operadora**

As outras despesas operacionais de assistência à saúde são formadas pelos demais gastos necessários à operacionalização dos planos de assistência médica e hospitalar, inclusive com despesas acessórias à aquisição de carteira de outras operadoras e despesas com serviços prestados por terceiros.

**iv. Reconhecimento das despesas de comercialização**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as despesas de comercialização são reconhecidas sobre os prêmios de operações de assistência médica hospitalar.

**d) Disponível**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo.

**e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Reperante valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de receita de contraprestação. A provisão para perdas sobre créditos é apresentada como conta redutora das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente e não excessivo, para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. Conforme determinado pela Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada. Para os demais planos, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, inclusive nas operações de intercâmbio para fazer face a eventuais perdas caso venha ocorrer a não realização das contas a receber.

**f) Tributos**

**i. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas dos tributos e as leis tributárias usadas para calcular os montantes das obrigações são aquelas que estão em vigor na data do balanço da Unimed-Rio estando adequadas às leis específicas aplicáveis para a Cooperativa.

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido imputadas ao resultado do exercício são calculadas conforme a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, sendo ainda observada a Lei Federal nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, Decreto 3.006, de 26 de março de 1999, Lei Federal nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e a Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014. Desta forma, as bases de cálculos destes tributos são apuradas a partir do Resultado antes do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, ajustado pelas adições, exclusões e compensações requeridas na legislação fiscal vigente.

Sobre as referidas bases de cálculo incidem as seguintes alíquotas:

- 15% de imposto de renda;
- 10% de adicional do imposto de renda, incidentes sobre o valor que exceder R\$ 20 mensal;
- 9% da contribuição social sobre o lucro líquido incidente sobre a base de cálculo do CMSL.

O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência de exercícios.

Os referidos tributos são apurados e recolhidos mensalmente, sempre que suas bases de cálculos forem positivas. O registro contábil do reconhecimento é realizado por estimativa no decorrer do exercício e no final do exercício ocorre apuração definitiva. Eventual saldo negativo apurado ao final do ano é passível de compensação de saldos positivos dos exercícios subsequentes. Portanto, trata-se de um direito da Cooperativa e sendo contabilizado no seu ativo.

**ii. Tributos diferidos**

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto para aquelas não autorizadas pela legislação fiscal. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, ou seja, para que essas diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, no intuito de permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

**iii. Tributos diretos de operações de assistência à saúde**

As receitas das contraprestações pecuniárias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Contribuição de Integração Social (PIS) – 0,65%

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 4%

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – 5%  
A Administração da Unimed-Rio analisa e segrega, para fins de mensuração da base de cálculo dos tributos acima descritos se alinha aos preceitos da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que versa sobre a não tributação do ato cooperativo. Ressalta-se que, com base na Lei Federal nº 12.973, de 24 de outubro de 2013, na qual alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS para as operadoras de planos de saúde passou-se a deduzir os custos assistenciais decorrentes da utilização pelos beneficiários da cobertura oferecida pelos planos de saúde. Adicionalmente, elevou-se a alíquota da COFINS de 3% para 4%. Esta nova aplicação passou a vigor a partir de fevereiro de 2014.

Com relação ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, destacamos que o procedimento adotado por esta operadora, de excluir os custos assistenciais da sua base de cálculo, está em consonância com o entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

**g) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

**i. Ativos financeiros e Passivos Financeiros**

**Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme a situação.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo exceto os mantidos até o vencimento, e acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Unimed-Rio incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, conta corrente com cooperados, outros recebíveis e instrumentos financeiros cotados e não cotados.

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Os passivos financeiros da Unimed-Rio incluem contas a pagar a fornecedores relacionados aos eventos médicos assistenciais, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

**Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados em:

**Ativos financeiros e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado do exercício. Tendo em vista a natureza das aplicações financeiras, as quais são utilizadas frequentemente para fazer frente ao pagamento das obrigações da Unimed-Rio, principalmente aquelas relacionadas ao pagamento dos eventos indenizáveis, estas se encontram classificadas como mantidas para negociação. A Unimed-Rio não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo através do resultado, evidenciando os impactos das variações nos riscos de créditos. Como ocorre nos empréstimos, onde são avaliados a extensão dos riscos (taxas de juros), liquidez e mercado.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado do exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado do exercício.

**Investimentos mantidos até o vencimento**

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto: i) os que a entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado; ii) disponíveis para venda; e iii) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida, nessa categoria, são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponibilidades por venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Unimed-Rio for estabelecido.

**Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, mais juros acumulados com base no método da taxa efetiva.

**ii. Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. A Cooperativa avalia, na data do balanço se há evidência, objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados por valores acima dos seus valores recuperáveis (impairment).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

**iii. Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados em montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**ii) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui os juros e encargos financeiros de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido, sucateado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados quando identificado a necessidade pela área que controla o patrimônio da Cooperativa.

**i) Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro que transferem à Unimed-Rio, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais direitos incorridos na transação. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados na linha da sua vida útil.

**ii) Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos estão diretamente relacionados com a aquisição ou beneficiários de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda e são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**iii) Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa correspondente com a utilização do ativo intangível.

Os ganhos ou as perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado.

**ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**iii) Conta corrente com cooperados**

Refere-se, basicamente, a contrapartida das obrigações legais registradas pela Unimed-Rio em exercícios anteriores, conforme facultado pela Instrução Normativa nº 20, de 20 de outubro de 2008, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme melhor explicado na Nota 8 – Conta Corrente com Cooperados.

**ii) Provisões técnicas**

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela Cooperativa segundo as normas e critérios fixados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Vide Nota 14 – Provisões Técnicas.

**ii) Provisões**

Provisões são



Segue abaixo a composição por idade de saldos em aberto:

A vencer	
Vencidos de 1 a 30 dias	
Vencidos de 31 a 60 dias	
Vencidos de 61 a 90 dias	
Vencidos de 91 a 120 dias	
Vencidos de 121 a 365 dias	
Vencidos há mais de 365 dias	
<b>Total</b>	

**iii. Provisão para perdas sobre créditos**

O montante total de provisão para perdas sobre créditos é considerado pela administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com outras operadoras ou com créditos a receber com prestações de serviços de assistência médica - hospitalar. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, letra e – Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	
Adições	37.138
Baixas/reversões	216.779
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>40.203</b>

**6 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

São créditos tributários decorrentes das retenções das faturas dos clientes no momento da liquidação, pagamentos a maior de tributos e retenções das aplicações financeiras. Com base nos reprocesamentos dos anos de 2014 e 2015, houve um aumento na rubrica de Créditos Tributários e Previdenciários, tendo sido parte destes créditos compensados durante o exercício de 2016 com os tributos correntes. O grupo de impostos a recuperar é composto da seguinte forma:

IRRF a recuperar	
IR s/ aplicações a compensar	
Antecipações de imposto de renda	
CSLL a recuperar/compensar	
Antecipações da CSLL	
Crédito PIS/COFINS	
ISSQN	
Outros	
Outros créditos tributários – Refis IV	
<b>Total</b>	

IRRF a recuperar	
IR s/ aplicações a compensar	
Antecipações de imposto de renda	
CSLL a recuperar/compensar	
Antecipações da CSLL	
Crédito PIS/COFINS	
ISSQN	
Outros	
Outros créditos tributários – Refis IV	
<b>Total</b>	

**7 – BENS E TÍTULOS E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

Estoque (i)	
Títulos a receber	
Adiantamento a funcionários	
Adiantamento a fornecedores	
Adiantamento de rede médica (ii)	
Adiantamento de intercâmbio (iii)	
Adiantamento de comissão	
Adiantamento REFIS - ANS	
Outros créditos a receber (iv)	
Parcelamento REFIS IV (v)	
Valores a recuperar – proc. trabalhista	
Valores a receber – UR Empreend.	
Valores a receber – UR Particp.	
Valores a receber – depósitos judiciais	
AFAÇ – investidas	
Direito econômico	
<b>Total</b>	

Estoque (i)	
Títulos a receber	
Adiantamento a funcionários	
Adiantamento a fornecedores	
Adiantamento de rede médica (ii)	
Adiantamento de intercâmbio (iii)	
Adiantamento de comissão	
Adiantamento REFIS - ANS	
Outros créditos a receber (iv)	
Parcelamento REFIS IV (v)	
Valores a recuperar – proc. trabalhista	
Valores a receber – UR Empreend.	
Valores a receber – UR Particp.	
Valores a receber – depósitos judiciais	
AFAÇ – investidas	
Direito econômico	
<b>Total</b>	

Controladora e Consolidado		2016	2015
		24.242	28.022
		34.851	52.975
		15.460	15.019
		1.163	1.355
		143	3.104
		3.534	9.502
		22.187	12.192
		<b>101.580</b>	<b>122.169</b>

Controladora e Consolidado		2016	2015
		5.160	3.222
		7.973	26.239
		14.733	20.715
		4.016	8.175
		9.096	3.370
		7.835	33.932
		59.551	60.294
		-	3
		-	-
		-	25.118
		<b>108.364</b>	<b>156.050</b>
		<b>156.050</b>	<b>25.118</b>
		<b>25.118</b>	<b>25.118</b>

Controladora		Circulante	Não Circulante	2016	2015
		5.160	3.222	-	-
		7.973	26.239	-	-
		14.733	20.715	-	-
		4.016	8.175	-	-
		9.096	3.370	-	-
		7.835	33.932	-	-
		59.551	60.294	-	-
		-	3	-	-
		-	-	-	-
		-	-	-	25.118
		-	-	-	25.118
		<b>108.364</b>	<b>156.050</b>	<b>25.118</b>	<b>25.118</b>

Controladora		Circulante	Não Circulante	2016	2015
		7.497	4.982	-	-
		8.780	26.885	-	-
		14.733	20.715	-	-
		5.547	9.255	-	-
		9.096	3.370	-	-
		9.012	35.108	-	-
		59.551	60.316	-	-
		13	16	-	-
		-	-	-	-
		-	-	-	25.118
		-	-	-	25.118
		<b>114.229</b>	<b>160.647</b>	<b>25.118</b>	<b>25.118</b>

Controladora		Circulante	Não Circulante	2016	2015
		51	80	-	-
		1.309	10	-	-
		629	538	-	-
		-	-	-	-
		25.307	14.671	-	-
		9.255	11.053	-	-
		227	113	-	-
		25	-	-	-
		42.588	11.899	-	-
		-	-	46.741	47.119
		-	-	4	4
		-	-	54	55
		-	-	304	1.085
		-	-	633	633
		-	-	-	3.705
		-	-	-	-
		-	-	-	-
		<b>79.391</b>	<b>38.364</b>	<b>47.736</b>	<b>52.601</b>

Consolidado		Circulante	Não Circulante	2016	2015
		36.533	13.423	-	-
		2.674	10	-	-
		1.294	538	-	-
		2.117	2.103	-	-
		25.307	11.464	-	-
		9.255	11.053	-	-
		227	113	-	-
		25	-	-	-
		50.940	12.562	-	-
		-	-	46.741	47.119
		-	-	4	4
		-	-	54	55
		-	-	304	1.085
		-	-	633	633
		-	-	-	3.705
		-	-	-	-
		-	-	-	1.200
		<b>128.372</b>	<b>55.177</b>	<b>47.736</b>	<b>50.095</b>

Controladora e Consolidado		01/01/2015	Adições	Atualização monetária	Baixa	Déficit/Prejuízos acumulados	31/12/2015	Adições	Atualização monetária	Baixa	Déficit/Prejuízos acumulados	31/12/2016	
<b>SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE</b>													
<b>ISSQN</b>													
			8.132	-	-	-	8.132	-	-	-	-	8.132	
			60.771	-	10.386	-	(11.414)	59.743	-	12.259	-	(13.927)	58.075
			77.713	-	13.452	-	(14.216)	76.949	-	15.940	-	(17.374)	75.515
			34.174	-	5.841	-	(6.419)	33.596	-	6.895	-	(7.832)	32.659
			23.098	2.424	-	(931)	(24.591)	-	-	-	-	-	-
			48.690	3.139	4.842	-	(7.126)	49.545	-	10.825	-	(9.535)	50.835
			7.634	-	494	(280)	(5.991)	1.857	-	199	-	(2.056)	-
<b>ISSQN</b>													
			4.851	-	633	-	-	5.484	-	771	-	-	6.255
			16.651	-	2.175	-	-	18.826	-	2.643	-	-	21.469
			7.050	-	921	-	-	7.971	-	1.117	-	-	9.088
			1.723	-	226	-	-	1.949	-	273	-	-	2.222
			16.819	-	3.127	(2.423)	-	17.523	-	2.665	-	-	20.188
			86.594	-	12.613	(3.139)	-	96.068	-	13.476	-	-	109.544
			74.508	-	9.732	-	-	84.240	-	11.816	-	-	96.056
			1.882	-	246	-	-	2.128	-	299	-	-	2.427
			-	97.128	-	-	-	97.128	-	-	-	-	97.128
<b>INSS</b>													
			13.254	-	869	-	(1.408)	12.715	-	766	-	(1.505)	11.976
			187.091	-	13.239	(121.047)	(17.161)	62.122	-	5.438	-	(8.008)	59.552
			<b>670.635</b>	<b>102.691</b>	<b>78.796</b>	<b>(127.820)</b>	<b>(88.326)</b>	<b>635.976</b>	<b>85.382</b>	-	-	<b>(60.237)</b>	<b>661.121</b>

**9 – ATIVO FISCAL DIFERIDO**

Ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis; compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e compensação futura de créditos fiscais não utilizados. O Programa de Recuperação Tributária - PRT, facultado pela Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, e pela Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017, possui o objetivo precípuo da recuperação de empresas em dificuldade financeira, estimulando a regularização fiscal de débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de novembro de 2016. As diretrizes do referido programa, apresentou destaque para: definição dos débitos que seriam passíveis de adesão, as modalidades de pagamento, a possibilidade de utilização do saldo de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL. Na quitação dos débitos. Diante da confirmação das regras básicas do referido programa, a Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e sua controlada Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares LTDA, desenvolveram um estudo minucioso, acerca do melhor modelo para adesão ao Programa de Recuperação Tributária - PRT, para definição da modalidade do montante objeto da adesão do parcelamento, além do montante compensado pela utilização do saldo de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, a Unimed-Rio e sua controlada decidiram reconhecer em suas demonstrações financeiras, o efeito contábil proveniente da referida compensação, procedendo a constituição de Ativo Fiscal Diferido, fundamentado na liquidez e certeza da futura compensação, considerando as premissas contábeis de realização deste crédito fiscal nos próximos exercícios. Abaixo seguem os quadros com a movimentação dos anos de 2016 e 2015:

Controladora		2016	2015
		108.565	73.511
		158.668	208.403
		<b>267.233</b>	<b>73.511</b>
Consolidado		2016	2015
		108.565	73.511
		158.668	208.403
		<b>267.233</b>	<b>73.511</b>

Controladora		2015	Adições	Baixas	2016
		73.511	55.083	(20.029)	108.565
		-	162.690	(4.022)	158.668
		<b>73.511</b>	<b>217.773</b>	<b>(24.051)</b>	<b>267.233</b>
Consolidado		2015	Adições	Baixas	2016
		73.511	55.083	(20.029)	108.565
		14.466	197.959	(4.022)	208.403
		<b>87.977</b>	<b>253.042</b>	<b>(24.051)</b>	<b>316.968</b>

**10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS**

Compreendem valores depositados judicialmente nas esferas cível, trabalhista e tributária, apresentados da seguinte forma:

Tributos (i)		2016	2015
		14.063	14.063
		884	884
		<b>14.947</b>	<b>14.947</b>
Cíveis (ii)		2016	2015
		94.456	63.722
		<b>94.456</b>	<b>63.722</b>
Trabalhistas (iii)		2016	2015
		2.345	2.381
		<b>2.345</b>	<b>2.381</b>
Eventos/Sinistros		2016	2015
		3.118	3.134
		<b>3.118</b>	<b>3.134</b>
		202	202
		<b>115.068</b>	<b>84.386</b>

**i. Tributos**

A Unimed-Rio discute a cobrança de eventuais tributos incidentes sobre as suas atividades de Cooperativa e Operadora de planos de saúde. Com o intuito de permitir a discussão acerca da pertinência ou não das respectivas cobranças ou a exatidão dos valores envolvidos, a Unimed-Rio realiza o depósito judicial em favor dos respectivos juízes. Sobre o depósito judicial desfavorável à Unimed-Rio, o valor depositado é convertido em renda em favor do autor da demanda judicial. Sobre o depósito favorável à Unimed-Rio, o valor é resgatado em favor da Cooperativa, devidamente atualizado.

**ii. Cíveis e trabalhistas**  
Os débitos judiciais referentes às ações cíveis e trabalhistas foram realizados pela Unimed-Rio com o intuito de permitir a discussão acerca da pertinência ou não das respectivas cobranças ou a exatidão dos valores envolvidos. Sobre o depósito final desfavorável à Unimed-Rio, o valor depositado é convertido em renda em favor do autor da demanda judicial. Sobre o depósito favorável à Unimed-Rio, o valor recuperado é resgatado em favor da Cooperativa, com as atualizações fixadas nos convênios estabelecidos entre os Tribunais de Justiça e as Instituições Financeiras. Abaixo segue o quadro com a movimentação dos depósitos judiciais:

Controladora e Consolidado		2015	Adições	Atualização monetária	Baixas	2016
		14.063	-	-	-	14.063
		884	-	-	-	884
		<b>14.947</b>	-	-	-	<b>14.947</b>
Cíveis (ii)		2015	Adições	Atualização monetária	Baixas	2016
		63.722	84.472	-	(53.738)	94.456
		<b>63.722</b>	<b>84.472</b>	-	<b>(53.738)</b>	<b>94.456</b>
Trabalhistas (iii)		2015	Adições	Atualização monetária	Baixas	2016
		2.381	89	-	(125)	2.345
		<b>2.381</b>	<b>89</b>	-	<b>(125)</b>	<b>2.345</b>
Eventos/Sinistros		2015	Adições	Atualização monetária	Baixas	2016
		3.134	-	-	(16)	3.118
		<b>3.134</b>	-	-	<b>(16)</b>	<b>3.118</b>
		202	-	-	-	202
		<b>84.386</b>	<b>84.561</b>	-	<b>(53.879)</b>	<b>115.068</b>

**i. Estoque**

Representam principalmente os estoques de material médico hospitalar e medicamentos mantidos pela controlada indireta Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda., utilizados em suas operações usuais.

**ii. Adiantamento de rede médica**

O adiantamento de rede médica refere-se a adiantamentos efetuados a prestadores assistenciais.

Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015
	1.334	972	1.334	972
	23.973	13.699	23.973	10.492
	<b>25.307</b>	<b>14.671</b>	<b>25.307</b>	<b>11.464</b>

Cooperados e cooperadores  
Hospitais, clínicas e laboratórios

**iii. Adiantamento de intercâmbio**

O adiantamento de intercâmbio refere-se aos valores adiantados às outras Unimed, em



**c) Empreendimento em conjunto indireto**

**Centro de Excelência Oncológica**

Em 17 de dezembro de 2013, a Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A., constituiu em conjunto com a empresa Oncoclínica Centro de Tratamento Oncológico Ltda. – "Oncoclínica CTO" -, uma joint venture com o objetivo de criar o Centro de Excelência Oncológica.

No exercício de 2014, esta unidade iniciou operação de infusão de drogas oncológicas, além do centro de radioterapia de última geração. A Unimed-Rio possui participação de 50% do Centro de Excelência Oncológica com influência significativa, compartilhando, portanto, o controle com a Oncoclínica CTO, que possui a participação oncológica remanescente de 50%. A expectativa é que o Centro de Excelência Oncológica possa prestar atendimentos correspondentes a cerca de 70% do total de custos com oncologia dispendidos pela Unimed-Rio. Por se tratar da compra da participação em investimento controlado em conjunto, foi aplicado o CPC 15 – Combinação de Negócios.

**d) Coligada indireta**

**Hospital Norte D'or de Cascadura S.A.**

Em 17 de janeiro de 2011, a controlada Unimed-Rio Participações adquiriu a participação de 30% do capital social do Hospital Norte D'or de Cascadura S.A. - "Hospital Norte D'or" -, sociedade anônima de capital fechado, objetivando ampliar e qualificar sua rede assistencial. A participação no Hospital Norte D'or foi adquirida pelo montante de R\$ 19.810 tendo sido apurado um ágio de R\$ 16.179, o qual se encontra justificado pela expectativa de rentabilidade futura (goodwill). Em 31 de dezembro de 2016, não houve a necessidade de constituição de provisão para perdas sobre o valor registrado como ágio no ativo da controlada, devido ao teste de ajuste ao seu valor provável de recuperação que é submetido anualmente.

**12 – IMOBILIZADO**

	Controladora				
	2016		2015		
	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	11.010	-	11.010	-
Edificações	3,51%	45.881	(13.874)	32.007	32.952
Instalações	7,81%	16.744	(9.610)	7.134	8.131
Máquinas e equipamentos	6,70%	5.534	(3.840)	1.694	1.727
Equipamentos de informática	20,00%	21.032	(16.466)	4.566	6.221
Móveis e utensílios	6,70%	6.236	(4.037)	2.199	2.586
Veículos	20,00%	274	-	-	-
Imóveis em construção	-	147	-	147	147
Outras imobilizações	8,35%	775	(438)	337	490
<b>Total</b>		<b>107.633</b>	<b>(48.539)</b>	<b>59.094</b>	<b>63.264</b>

	Consolidado				
	2016		2015		
	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	31.054	-	31.054	31.054
Edificações	2,38%	250.818	(23.218)	227.600	230.641
Instalações	4,53%	93.669	(13.138)	80.531	82.242
Máquinas e equipamentos	8,35%	56.178	(22.376)	33.802	36.527
Equipamentos de informática	15,00%	27.684	(20.784)	6.900	9.491
Móveis e utensílios	8,35%	23.207	(10.887)	12.320	14.157
Veículos	20,00%	274	(274)	-	-
Imóveis em construção	-	147	-	147	147
Outras imobilizações	9,18%	335	(10.265)	23.094	25.237
<b>Total</b>		<b>516.390</b>	<b>(100.942)</b>	<b>415.448</b>	<b>429.496</b>

A movimentação do ativo imobilizado da Unimed-Rio e suas controladas apresenta-se da seguinte forma:

	Controladora										
	01/01/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	31/12/2016
Terrenos	11.010	-	-	-	-	11.010	-	-	-	-	11.010
Edificações	33.896	-	-	(944)	-	32.952	-	-	(945)	-	32.007
Instalações	9.195	(61)	(1.003)	-	-	8.131	-	-	(997)	-	7.134
Máquinas e equipamentos	1.879	118	(15)	(255)	-	1.727	205	(1)	(237)	-	1.694
Equipamentos de informática	6.842	1.548	(1)	(2.168)	-	6.221	416	(2)	(2.070)	1	4.566
Móveis e utensílios	2.994	2	(17)	(393)	-	2.586	5	-	(392)	-	2.199
Veículos	32	-	-	(32)	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis em construção	147	-	-	-	-	147	-	-	-	-	147
Outras imobilizações	1.221	-	(578)	(153)	-	490	-	(67)	(86)	-	337
<b>Total</b>	<b>67.216</b>	<b>1.668</b>	<b>(672)</b>	<b>(4.948)</b>	-	<b>63.264</b>	<b>626</b>	<b>(70)</b>	<b>(4.727)</b>	<b>1</b>	<b>59.094</b>

	Consolidado										
	01/01/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transf.	31/12/2016
Terrenos	31.054	-	-	-	-	31.054	-	-	-	-	31.054
Edificações	233.309	824	-	(3.492)	-	230.641	462	-	(3.503)	-	227.600
Instalações	84.472	380	(637)	(1.973)	-	82.242	260	-	(1.971)	-	80.531
Máquinas e equipamentos	40.839	813	(1.076)	(4.049)	-	36.527	2.535	(6)	(5.254)	-	33.802
Equipamentos de informática	10.845	1.972	(1)	(3.325)	-	9.491	668	(2)	(3.258)	1	6.900
Móveis e utensílios	16.306	63	(23)	(2.189)	-	14.157	329	-	(2.166)	-	12.320
Veículos	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis em construção	183	-	(33)	-	-	147	-	-	-	-	147
Outras imobilizações	31.065	1	(3.322)	(2.510)	3	25.237	26	(67)	(2.102)	-	23.094
<b>Total</b>	<b>448.105</b>	<b>4.053</b>	<b>(5.092)</b>	<b>(17.570)</b>	-	<b>429.496</b>	<b>4.280</b>	<b>(75)</b>	<b>(18.254)</b>	<b>1</b>	<b>415.448</b>

**13 – INTANGÍVEL**

	Controladora							
	2016		2015		2016		2015	
	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	Adições	Amortização	Baixas	Transf.
Aquisição de carteira – (i)	4.385	-	(3.835)	-	550	-	(550)	-
Software	2.889	295	(1.091)	-	2.093	1.381	(1.109)	-
<b>Total</b>	<b>7.274</b>	<b>295</b>	<b>(4.926)</b>	-	<b>2.643</b>	<b>1.381</b>	<b>(1.659)</b>	-

	Consolidado							
	2016		2015		2016		2015	
	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	Adições	Amortização	Baixas	Transf.
Aquisição de carteira – (i)	4.385	-	(3.835)	-	550	-	(550)	-
Hosp. Norte D'or Cascadura S.A. - Goodwill	16.179	-	-	-	16.179	-	-	-
Software	21.375	7.175	(6.610)	-	21.940	10.804	(8.333)	-
Licenciamento	4.800	3.598	(900)	-	7.988	1.456	(931)	-
Benefícios financeiros s/ contratos (ii)	41.008	-	(3.341)	(12.911)	24.756	-	(6.823)	(17.933)
Outros	68	-	-	-	68	-	-	-
<b>Total</b>	<b>87.815</b>	<b>10.773</b>	<b>(14.686)</b>	<b>(12.911)</b>	<b>70.991</b>	<b>12.260</b>	<b>(16.637)</b>	<b>(17.933)</b>

**i. Aquisição de carteira – CAAR e Golden Cross**

O saldo refere-se à aquisição pela Unimed-Rio da carteira de clientes anteriormente administrada pela Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro – "CAARJ" -, de aproximadamente 45.000 beneficiários de planos individuais. A referida aquisição foi devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por meio do Ofício nº 1779/2010/GGEP/DIPRO/ANS, em 30 de junho de 2010. O saldo é amortizado de acordo com a vida útil econômica estimada pela Administração da Unimed-Rio em 5 (cinco) anos, conforme permitido pela ANS. O período de amortização foi de julho de 2010 a junho de 2015.

Em 01 de outubro de 2013, a Unimed-Rio adquiriu a carteira de clientes pessoa física, plano individual/familiar da Golden Cross com 214.661 beneficiários, sendo 160.000 beneficiários com cobertura assistencial e 54.661 beneficiários com cobertura odontológica. A aquisição foi aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por meio do ofício nº 2327/2013/GGEP/DIPRO/ANS, de 04 de setembro de 2013. A Unimed-Rio comprometeu-se em manter os mesmos contratos e a mesma rede hospitalar da Golden Cross. O saldo da carteira foi amortizado em 100% num prazo de 2(dois) anos e 8 (oito) meses, pelo fato da carteira ser deficitária, não sendo utilizado o prazo permitido pela ANS de 5 (cinco) anos. O período de amortização iniciou-se em outubro de 2013 até junho de 2016.

Estas carteiras são deficitárias, e apresentaram índices de sinistralidade em 31 de dezembro de 2016 de 105,50% para CAARJ e 100,40% para Golden Cross.

**ii. Benefícios financeiros sobre contratos**

Referem-se aos direitos relacionados aos Contratos de Cessão Definitiva de Direitos Federativos de atletas profissionais, em parceria com o Fluminense Football Club, oriundos da venda de atletas profissionais, e aos contratos de licenciamento de direitos de uso de nome, voz e imagem de atletas profissionais licenciados ao clube de futebol da exclusividade da marca Unimed, rescindidos a partir de dezembro de 2014.

Considerando que até o momento, os benefícios futuros econômicos esperados atribuíveis a este ativo não foram realizados, a controlada Unimed-Rio Participações reconhece a respectiva provisão integral para perda por redução ao valor recuperável do saldo remanescente no ativo intangível.

**14 – PROVISÕES TÉCNICAS**

As provisões técnicas constituídas pela Unimed-Rio apresentam os seguintes saldos:

	Controladora				
	2016		2015		
	Circulante	Não Circulante	2016	2015	
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (i)	105.606	105.707	-	-	-
Provisão para remissão (ii)	837	1.114	-	-	-
Provisão de eventos/sinistros a liquidar p/ o SUS (iii.a) (*)	22.738	14.720	14.720	14.590	3.590
Provisão de eventos/sinistros a liquidar-prestadores (iii.b) (*)	620.708	589.361	66.719	-	-
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	483.919	475.452	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.233.808</b>	<b>1.186.354</b>	<b>81.309</b>	<b>3.590</b>	

	Consolidado				
	2016		2015		
	Circulante	Não Circulante	2016	2015	
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (i)	105.606	105.707	-	-	-
Provisão para remissão (ii)	837	1.114	-	-	-
Provisão de eventos/sinistros a liquidar p/ o SUS (iii.a)	22.738	14.720	14.590	3.590	
Provisão de eventos/sinistros a liquidar-prestadores (iii.b)	595.611	571.997	66.719	-	-
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	483.919	475.452	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.208.711</b>	<b>1.168.990</b>	<b>81.309</b>	<b>3.590</b>	

Os ativos garantidores constituídos pela Unimed-Rio apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
PEONA	(483.919)	(475.452)	-	-
PEL > (avisados após 30 dias)	(440.247)	(309.909)	-	-
REMISSÃO	(837)	(1.114)	-	-
Redução do parcelamento aprovado pela ANS - SUS	18.485	4.246	-	-
<b>Saldo</b>	<b>(906.518)</b>	<b>(782.229)</b>	-	-
Vínculo em aplicações	16.326	61.016	-	-
<b>Total composição vínculo</b>	<b>16.326</b>	<b>61.016</b>	-	-
<b>Excedente/insuficiência</b>	<b>(890.192)</b>	<b>(721.213)</b>	-	-

**i. Provisão para prêmios ou contribuições não ganhadas**

A provisão para prêmios ou contribuições não ganhadas da Unimed-Rio, constituída de acordo com a Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, representa a parcela de prêmios/contraprestações cujo risco não tenha findado, relativa ao seu período de cobertura, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais de acordo com o regime de competência contábil.

**ii. Provisão para remissão**

De acordo com a Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015, a provisão para remissão da Unimed-Rio é constituída mensalmente seguindo a metodologia da Nota Técnica Atuarial da Provisão para Remissão, aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Em 2016, a provisão para remissão na Unimed-Rio foi constituída de acordo com a metodologia aprovada em Nota Técnica, através do ofício nº 28/2014/GGAME(GEHAIE/DIOPE/ANS, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Além da metodologia atuarial, a Nota Técnica também define que a Provisão para remissão constituída pela Unimed-Rio representa a cobertura do benefício aos:

- Beneficiários remidos do contrato da CAARJ e;
- Beneficiários remidos na Golden Cross, que foram transferidos para a Unimed-Rio, em 1º de outubro de 2013, através da alienação da carteira de contratos individuais.

**iii. Provisão de eventos/sinistros a liquidar**

**iii.a. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS**

A provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS é constituída com base nos ofícios recebidos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS referente a utilização da rede SUS pelos beneficiários da operadora Unimed-Rio e guias de recolhimento da união – GRU.

**iii.b. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores – PEL**

A provisão de eventos/sinistros a liquidar – ANS, e abrange os valores a serem reembolsados aos beneficiários e pagos aos prestadores de serviço de saúde, pelos eventos devidos avisados à operadora.

**iv. Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA**

A constituída da provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA, foi iniciada em janeiro de 2008, conforme Resolução Normativa nº 160, de 03 de julho de 2007, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe, entre outros, sobre a constituída de provisões técnicas. Esta resolução foi revogada pela Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009, que posteriormente teve alguns dispositivos revogados pela Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015.

O valor constituído pela Unimed-Rio em 31 de dezembro de 2016, está de acordo com os critérios estabelecidos pela ANS na Resolução Normativa nº 393 e calculado conforme a metodologia disposta no Artigo 10 da mesma resolução.

Em 29 de dezembro de 2016, a Unimed-Rio protocolou na ANS o ofício nº 069/2017, a ANS emitiu resposta formalizando que não há óbice na utilização da metodologia apresentada pela Cooperativa, conforme Nota Explicativa nº 29 – Eventos Subsequentes.

**v. Ativos vinculados às provisões técnicas**

A Operadora apresenta insuficiência de ativos garantidores das provisões técnicas, nos termos da Resolução Normativa nº 392, de 09 de dezembro de 2015.

**15 – DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

	Controladora e Consolidado			
	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Contraprestações/prêmios a restituir				
Pessoa Jurídica	936	640	-	-
Pessoa Física	4.528	2.960	-	-
Receita antec. de contraprestação (i)	11.160	13.333	-	-
Pessoa Jurídica	1.875	3.410	-	-
Pessoa Física	9.285	9.923	-	-
Comercialização s/ operações (ii)	20.345	11.466	-	-
<b>Total</b>	<b>36.969</b>	<b>28.399</b>	-	-

**i. Receita antecipada de contraprestação**

Constituem os valores faturados e recebidos antecipadamente ao período de cobertura de risco dos contratos de pessoa física e jurídica, conforme Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

**ii. Comercialização de operações**

Referem-se aos valores provisionados dos serviços prestados de corretagem pelas vendas dos planos de pessoa jurídica e física, com base nas condições estabelecidas em contratos.

**16 – DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA**

Correspondem aos valores provisionados em favor dos prestadores de serviços médicos e odontológicos da rede credenciada assistencial da Unimed-Rio pelos atendimentos aos beneficiários de outros Unimeds.

	Controladora			
	2016		2015	
	20			



(ii) Refere-se ao Ajuste a Valor Realizado – AVP com base em taxas de desconto nas contas de Empréstimos de curto e longo prazo, a fim de mensurar o valor justo (fair value) da dívida em 31 de dezembro de 2016.

Empréstimos e Debêntures		Controladora	Consolidado
<b>Parcela não circulante vencível em:</b>			
	2016	2015	2016
2017	-	64.491	-
2018	37.766	37.202	37.766
2019	1.112	1.113	1.112
<b>Total</b>	<b>38.878</b>	<b>102.806</b>	<b>38.878</b>
<b>Financiamentos (Leasing)</b>			
<b>Parcela não circulante vencível em:</b>			
	2016	2015	2016
2017	-	747	-
2018	446	475	2.765
2019	360	331	366
<b>Total</b>	<b>806</b>	<b>1.553</b>	<b>3.131</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os encargos praticados nos empréstimos e financiamentos obtidos pela Cooperativa e suas controladas possuem taxa média ponderada CDI+4,30% a.a. em 2016 (CDI+3,66% a.a. em 2015).

**Cessão de Crédito**  
Durante o ano de 2016, a Cooperativa realizou operações de cessão de créditos para captação de recursos por meio de Instituições Financeiras utilizando como seus recebíveis. A Cooperativa realizou negociações das antecipações de títulos com algumas Instituições Financeiras tais como, Athena (RS 88.348), Red Asset (RS 88.806), Sifra (RS 187.520) e SRM (RS 252), sendo liquidados com os recebimentos dos clientes.

**Condições restritivas financeiras (Covenants)**  
O contrato com a Caixa Econômica Federal – CEF foi firmado pela controlada Unimed-Rio Empreendimentos com o objetivo de financiamento da construção de seu hospital. Desde janeiro de 2011, 100% das cotas do capital social dessa controlada encontram-se penhoradas em favor da CEF como garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas. Desta forma, a controlada indireta Unimed-Rio Empreendimentos passou a apresentar para a CEF, relatórios comprovando a escrituração da receita mensal (DRE – Demonstração de Resultado do Exercício), além dos relatórios contemplando aspectos operacionais e financeiros, assim possibilitando o acompanhamento do empreendimento durante a fase de vigência deste título. Cabe mencionar, que estas cotas estão vinculadas, também, à ANS a título de Ativo Garantidor para a provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA em função de tutela antecipada que se encontra sob sigilo de justiça conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 – Provisões Técnicas.

O total do empréstimo junto a Caixa Econômica Federal – CEF está sendo apresentado, em 31 de dezembro de 2016, como passivo circulante em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 26, por existirem cláusulas restritivas contratuais (covenants) não atendidas. Entretanto, a empresa vem cumprindo rigorosamente em dia todos os seus compromissos financeiros referentes a este contrato com a CEF desde seu início; não existindo por parte do credor qualquer manifestação (até 31 de dezembro de 2016), referente a exigência de vencimento antecipado da dívida, tampouco há intenção da empresa em antecipar estes vencimentos.

Além das informações pertinentes ao acompanhamento das demonstrações financeiras, a controlada Unimed-Rio Empreendimentos obriga-se a encaminhar ao término de cada exercício social as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório de auditoria independente, bem como outros documentos que se fizerem por necessário para seu devido entendimento e acompanhamento por parte da CEF.

**Debêntures**  
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2013, foi aprovada a primeira emissão das debêntures simples não conversíveis em ações em série única da controlada Unimed-Rio Participações com o objetivo de suportar o projeto de verticalização das atividades operacionais do grupo econômico Unimed-Rio. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Unimed-Rio Participações apresentou na data base do balanço patrimonial o saldo das debêntures com passivo circulante em atendimento ao pronunciamento técnico CPC nº 26, por existirem cláusulas restritivas contratuais (covenants) não atendidas, embora a entidade venha cumprindo rigorosamente em dia todos os seus compromissos financeiros com debenturistas, conforme previsto na escritura de emissão de debêntures em seu ativo.

Segue a composição do passivo de debêntures da controlada Unimed-Rio Participações em 31 de dezembro de 2016:

Circulante		Não Circulante	
2016	2015	2016	2015
Principal atualizado	56.524	85.255	-
Juros incorridos	1.739	2.665	-
(-) AVP	(2.376)	-	-
<b>Total</b>	<b>55.887</b>	<b>87.920</b>	-

Segue a mutação de debêntures no período findo em 31 de dezembro de 2016:

<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>87.920</b>
Amortização do principal	(28.731)
Encargos provisionados	(13.441)
Encargos pagos	(14.367)
(-) AVP	(2.376)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>55.887</b>
<b>Circulante</b>	<b>55.887</b>
<b>Não Circulante</b>	-

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a referida controlada está sujeita a limitação de determinados índices financeiros conhecidos como “covenants”, calculados ao longo do exercício e acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, em até 90 dias do encerramento de cada exercício social.

Outro ponto pertinente está na elaboração da análise da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (“Índice Financeira”), que deverá ser com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social consolidadas do grupo econômico, e não somente as da sociedade emissora das referidas debêntures.

**19 – PROVISÕES JUDICIAIS**  
A Unimed-Rio é parte integrante em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios. As provisões para contingências, registradas em relação a aquelas causas consideradas como perdidas prováveis, são periodicamente analisadas pelos advogados da Unimed-Rio e assessores jurídicos, possibilitando a permanente avaliação das probabilidades de perda e as eventuais necessidades de complementação dos valores registrados.

Abaixo a composição da provisão para contingências e sua movimentação:

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015
Provisões para ações cíveis e fiscais	116.846	69.844	119.011
Provisões para ações trabalhistas	57.230	45.718	58.360
<b>Total</b>	<b>174.076</b>	<b>115.562</b>	<b>177.371</b>

**MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES**

Controladora		Consolidado	
Trabalhistas	Cíveis (j)	Total	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>45.718</b>	<b>69.844</b>	<b>115.562</b>
<b>Provisões e reversões</b>	<b>11.512</b>	<b>47.002</b>	<b>58.514</b>
Provisões	37.414	84.780	122.194
Reversões	(25.902)	(37.778)	(63.680)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>57.230</b>	<b>116.846</b>	<b>174.076</b>

**MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES**

Consolidado		Total	
Trabalhistas	Cíveis (j)	Total	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>46.902</b>	<b>71.090</b>	<b>117.992</b>
<b>Provisões e reversões</b>	<b>11.458</b>	<b>47.921</b>	<b>59.379</b>
Provisões	37.414	85.999	123.413
Reversões	(25.956)	(38.078)	(64.034)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>58.360</b>	<b>119.011</b>	<b>177.371</b>

**i. Cíveis**  
As reversões cíveis referem-se às baixas das provisões das contingências administrativas, conforme aderência ao parcelamento pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o qual a Cooperativa aderiu no exercício de 2014.

**Contingências com probabilidade de perda possível:**  
**ii. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN:**

A Unimed-Rio possui discussões administrativas e judiciais envolvendo a correta incidência do ISSQN sobre as suas atividades de Cooperativa e Operadora de Planos de Saúde, uma vez que a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro tem autuado a Unimed-Rio, desconsiderando a sua natureza jurídica e os abatimentos das despesas com atendimentos assistenciais da base de cálculo do ISSQN. A jurisprudência, todavia, já fixou o entendimento de que a base de cálculo desse tributo é representada pelos ingressos (mensalidades ou outros valores recebidos mensalmente) diminuídos dos custos assistenciais (despesas com médicos, hospitais, laboratórios e outros prestadores de serviços de diagnose e terapia dentre outros cobertos pelos planos), convalidando, assim, o que está sendo oferecido pela Cooperativa à tributação.

Nesse sentido, registre-se que a própria Unimed-Rio possui decisão judicial favorável, que lhe dá o direito de fazer o abatimento das despesas assistenciais da base de cálculo do ISSQN, nos termos na decisão da Colenda 20ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

**iii. PIS/COFINS:**  
A Unimed-Rio possui demandas envolvendo os tributos federais, em especial do PIS e da COFINS, cujas discussões insurgem-se acerca da interpretação da Receita Federal do Brasil ao desconsiderar, dentre outras exclusões, a dedução legal das despesas assistenciais previstas no artigo 3º, §9º da Lei Federal nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

A Unimed-Rio adota a apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS aplicando o entendimento técnico da operação assistencial encampado pelo órgão regulador de sua atividade – Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, pelo qual conceitua a natureza dos eventos indenizáveis na atividade desenvolvida pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, como sendo as despesas assistenciais pagas a hospitais, clínicas, laboratórios e médicos na execução da sua atividade.

É de ressaltar que com a edição da Lei Federal nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, convalidou-se o entendimento da ANS antes mencionado no sentido de permitir a dedutibilidade das despesas assistenciais/custos incorridos pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde da base de cálculo das contribuições relativas ao PIS e COFINS.

A par disso, dada a natureza interpretativa da norma, a sua aplicação se impõe aos fatos geradores anteriores à sua vigência, com efeitos retroativos desde a origem, beneficiando a Unimed-Rio nas autuações já existentes, além de evitar a imposição de novas autuações.

A referida Lei corrobora a conduta que vem sendo aplicada pela Cooperativa na formação da base de cálculo desses tributos.

Cabe frisar que o próprio Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF já vem se posicionando no sentido de cancelar as glosas indevidas perpetradas pela Receita Federal em autuações fiscais, consolidando a expectativa da Unimed-Rio de que tais decisões serão multiplicadas em razão da mencionada Lei.

**20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**20.1. Capital social**  
O capital social está constituído por quotas-partes no valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais), sendo que a quantidade mínima de subscrição de quotas para cada cooperado permanece 7.500 desde 2014. Em 31 de dezembro de 2016, a quantidade de cooperados ativos na Cooperativa foi de 5.155 (5.516 em 2015).

Controladora e Consolidado	
2016	2015
Capital subscrito	184.857
Capital a integralizar	(6.549)
<b>Capital integralizado</b>	<b>178.308</b>

**Benefícios Estatutários previstos nas alíneas “e” e “f” do artigo 6º por demissão ou falecimento**

De acordo com o Estatuto da Cooperativa, artigo 6º, alínea “e”, terão direito ao Benefício de Proteção Familiar (BPF) por falecimento, os beneficiários do cooperado que tenha operado, sob qualquer forma, com a Cooperativa no exercício anterior àquele do seu óbito, e que a comunicação deste ocorra no prazo máximo de 12 (doze) meses do falecimento. O valor do benefício equivale ao de 1 (uma) consulta médica cobrada de cada cooperado quando do seu falecimento.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2012, a qual possibilitou a alteração do artigo 6º do Estatuto Social, incluindo na alínea “f”, que teve por objetivo possibilitar aos cooperados o recebimento do Benefício de Proteção Familiar (BPF) em vida, somente terão direito a este benefício em vida, os cooperados que se aposentarem da Cooperativa, somando 95 (noventa e cinco) anos, contanto 30 (trinta) anos de associado, ou seja, aqueles que tenham trabalhado sob qualquer forma e ininterruptamente anos anteriores ao pedido de demissão e que tenham no mínimo 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Ocorrendo mais de um evento, falecimento e/ou demissão num mesmo mês, a arrecadação estará limitada ao valor correspondente a 2 (duas) consultas mensais vigentes na época da liquidação para cada situação, até que se entregue proporcionalmente aos beneficiários de cada falecido ou ao ex-cooperado a importância equivalente ao benefício que for mais idoso e não houver solicitação para uma das situações, as duas liberações irão para os que estiverem aguardando o benefício. A preferência será dada àquele que no mês em que a contagem de tempo. Para fins de desempate, levará em consideração o somatório do número de dias, meses e anos.

Conforme reza no Estatuto, as duas conversões de descontada da produção dos cooperados estão sendo contabilizadas na conta contábil Bônus de Proteção Familiar – BPF, que encontra-se na rubrica de Débitos Diversos, e ainda restando a descontar e reembolsar 59 (cinquenta e nove) beneficiários do BPF em vida e 45 (quarenta e cinco) para beneficiários do BPF por falecimento.

**20.2. Reservas**  
As reservas estão compostas da seguinte forma:

Controladora e Consolidado	
2016	2015
Reserva de capital	1.567
Fundo de desenvolvimento	17
FUES	215
FATES	83
<b>Total</b>	<b>1.882</b>

**Reserva de capital** – refere-se a equivalência patrimonial sobre reserva de capital, constituída pela coligada Hospital Norte D’or de Cascadura S.A. e controlada indireta Centro de Excelência Física Unimed-Rio e FJG – “CEFIS”.

**Fundo de Desenvolvimento e FUES** – constituídos conforme o artigo 28º, Inciso II, § 1º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que prevê que a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

**FATES** – As cooperativas são obrigadas a constituir, conforme artigo 28º, inciso II, da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos das sobras líquidas apuradas. Porém, os resultados das operações com os atos não cooperativos, mencionados no artigo 86º, da referida lei, serão levados a conta de FATES e contabilizados em separado de modo a permitir o cálculo para incidência de tributos. No caso de perdas, não existe a constituição do fundo.

**20.3. Sobras e Perdas do Exercício**  
Conforme artigo 89º, seção IV, da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as perdas verificadas no decorrer do exercício deverão ser cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva, e se insuficientes, mediante rateio diretamente proporcional entre cooperados que tenham usufruído dos serviços por ela prestados. E as sobras do resultado serão absorvidas pelas perdas. Os valores aplicáveis foram submetidos à apreciação e deliberação em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 23 de maio de 2016, de forma que os saldos das perdas constantes no balanço patrimonial encerrado em 2014 e 2015 fossem distribuídos entre os cooperados. Tendo em vista a reprovação das contas reapresentadas do exercício de 2014 pela gestão anterior, a nova gestão empossada em 08 de agosto de 2016, realizou nova Assembleia Geral Ordinária – AGO em 20 de dezembro de 2016, na qual foram aprovadas as contas dos anos de 2015 e 2014 e respectivo rateio das perdas a ser descontado 1% da produção de cada cooperado a partir de maio de 2017.

**20.4. Prejuízos/Déficits Apurados**  
Os valores classificados na rubrica de Prejuízos/Déficits Apurados estão demonstrados no quadro abaixo.

Controladora e Consolidado	
2016	2015
Reserva de capital	1.567
Fundo de desenvolvimento	17
FUES	215
FATES	83
<b>Total</b>	<b>1.882</b>

**Reserva de capital** – refere-se a equivalência patrimonial sobre reserva de capital, constituída pela coligada Hospital Norte D’or de Cascadura S.A. e controlada indireta Centro de Excelência Física Unimed-Rio e FJG – “CEFIS”.

**Fundo de Desenvolvimento e FUES** – constituídos conforme o artigo 28º, Inciso II, § 1º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que prevê que a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

**FATES** – As cooperativas são obrigadas a constituir, conforme artigo 28º, inciso II, da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos das sobras líquidas apuradas. Porém, os resultados das operações com os atos não cooperativos, mencionados no artigo 86º, da referida lei, serão levados a conta de FATES e contabilizados em separado de modo a permitir o cálculo para incidência de tributos. No caso de perdas, não existe a constituição do fundo.

**20.3. Sobras e Perdas do Exercício**  
Conforme artigo 89º, seção IV, da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as perdas verificadas no decorrer do exercício deverão ser cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva, e se insuficientes, mediante rateio diretamente proporcional entre cooperados que tenham usufruído dos serviços por ela prestados. E as sobras do resultado serão absorvidas pelas perdas. Os valores aplicáveis foram submetidos à apreciação e deliberação em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 23 de maio de 2016, de forma que os saldos das perdas constantes no balanço patrimonial encerrado em 2014 e 2015 fossem distribuídos entre os cooperados. Tendo em vista a reprovação das contas reapresentadas do exercício de 2014 pela gestão anterior, a nova gestão empossada em 08 de agosto de 2016, realizou nova Assembleia Geral Ordinária – AGO em 20 de dezembro de 2016, na qual foram aprovadas as contas dos anos de 2015 e 2014 e respectivo rateio das perdas a ser descontado 1% da produção de cada cooperado a partir de maio de 2017.

**20.4. Prejuízos/Déficits Apurados**  
Os valores classificados na rubrica de Prejuízos/Déficits Apurados estão demonstrados no quadro abaixo.

Controladora e Consolidado	
2016	2015
Valores pagos referente IN20	308.220
Valores reembolsados IN20	(105.630)
Créditos Tributários	22.983
Ajustes Fiscais	35.240
<b>Total</b>	<b>260.813</b>

**21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**  
As transações realizadas pela Unimed-Rio com partes relacionadas estão representadas principalmente pelos eventos indenizáveis junto aos próprios cooperados. Referidas transações são realizadas nas mesmas condições para qualquer um dos cooperados, tomando como base as tabelas da Associação Médica Brasileira – AMB, além de não haver diferenças nos prazos de pagamentos e processos internos. A remuneração paga pela produção do cooperado em 2016 foi de R\$ 472.598 (RS 476.725 em 2015). Principalmente devido à significativa pulverização das transações realizadas com os cooperados, não existem em 31 de dezembro de 2016, cooperados que correspondam a uma parcela significativa das operações realizadas pela Unimed-Rio com partes relacionadas, como um todo.

Os atendimentos assistenciais efetuados pela controlada Unimed-Rio Empreendimentos e pela coligada Hospital Norte D’or de Cascadura S.A. aos clientes da Unimed-Rio, tomam por base condições e preços semelhantes aos praticados com terceiros.

A remuneração e benefícios pagos aos administradores da Unimed-Rio e de suas controladas, registrada na rubrica de despesas administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 15.163 (RS 18.465 em 2015), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Não existem benefícios de longo prazo concedidos aos administradores da Unimed-Rio e de suas controladas.

**22 – EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR**  
A distribuição dos valores dos quadros auxiliares dos Eventos Médicos Hospitalares Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPs do período de 31 de dezembro de 2016, estão em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, referente aos planos antes e depois da Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998, a qual foi alterada pela Lei Federal nº 13.003, de 24 de junho de 2014.

**Planos individuais/familiares firmados antes da Lei, na modalidade preço pré – estabelecido**

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	TOTAL
<b>Rede própria</b>	11.091	3.260	219	10.337	4.512	1	<b>29.420</b>
<b>Rede contratada</b>	1.072	8.896	1.802	43.906	16.296	13	<b>71.985</b>
<b>Reembolso</b>	-	-	-	3.075	-	-	<b>3.075</b>
<b>Intercâmbio eventual</b>	2.455	3.524	325	7.909	541	2.675	<b>17.429</b>
<b>Total</b>	<b>14.618</b>	<b>15.680</b>	<b>2.346</b>	<b>65.227</b>	<b>21.349</b>	<b>2.689</b>	<b>121.909</b>

**Planos individuais/familiares firmados depois da Lei, na modalidade preço pré – estabelecido.**

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	TOTAL
<b>Rede própria</b>	75.727	21.187	1.879	124.200	37.296	48	<b>260.337</b>
<b>Rede contratada</b>	15.759	73.007	12.953	512.103	151.335	2.180	<b>694.280</b>
<b>Reembolso</b>	-	-	-	30.953	-	-	<b>30.953</b>
<b>Intercâmbio eventual</b>	57.519	84.357	16.811	275.793	9.139	87.313	<b>530.932</b>
<b>Total</b>	<b>149.005</b>	<b>178.551</b>	<b>31.643</b>	<b>943.049</b>	<b>197.770</b>	<b>89.541</b>	<b>1.589.559</b>

**Planos coletivos por adesão firmados antes da Lei, na modalidade preço pré – estabelecido.**

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	TOTAL
<b>Rede própria</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Rede contratada</b>	-	-	-	45	-	-	<b>45</b>
<b>Reembolso</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Intercâmbio eventual</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	<b>45</b>	-	-	<b>45</b>

**Planos coletivos por adesão firmados depois da Lei, na modalidade preço pré – estabelecido.**

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	TOTAL
<b>Rede própria</b>	97.169	28.519	2.619	106.788	41.974	9	<b>277.078</b>
<b>Rede contratada</b>	14.420	87.077	10.579	390.258	191.246	700	<b>694.280</b>
<b>Reembolso</b>	-	-	-	26.387	-	-	<b>26.387</b>
<b>Intercâmbio eventual</b>	60.182	77.949	8.599	132.100	9.709	43.052	<b>331.591</b>





**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**  
**SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Cooperados da**

**UNIMED – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.**  
**Rio de Janeiro - RJ**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unimed – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. (“Cooperativa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Unimed – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desmembramento individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Conforme detalhado nas notas explicativas nº01 e nº29, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS tornou público ao mercado de saúde suplementar e aos beneficiários de operadora de planos de saúde da UNIMED – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. o Termo de Compromisso, assinado em 24 de novembro de 2016, que prevê a implementação de práticas que constituam garantias de direitos para os consumidores de planos de saúde, com vistas a assegurar a continuidade e a manutenção da qualidade dos serviços de assistência à saúde dos usuários. A cooperativa deverá observar todas as condições dispostas no Termo de Compromisso, a contar da assinatura deste, sendo o prazo inicialmente previsto de 90 (noventa) dias, a partir da adesão dos prestadores de serviços, em até 20 (vinte) dias, tendo como prazo final a data de 14 de março de 2017, prorrogável, excepcionalmente, mediante o cumprimento de todas as condições especificadas nas cláusulas do termo, inerentes a adoção das medidas de reequilíbrio econômico financeiro e assistencial ne descritas, bem como estabelecer, medidas de maior prazo, cujo cumprimento é reputado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS como indispensável para o almejado reequilíbrio econômico financeiro. Ressaltamos que a não renovação do Termo de Compromisso por eventuais descumprimentos dos deveres listados no referido documento poderá ter como consequência a alienação da carteira de seus beneficiários.

Um novo programa de saneamento foi apresentado no dia 22 de fevereiro de 2017 com projeções de 36 meses, a partir do mês de novembro de 2016. Este programa ainda será analisado pela ANS que só emitirá opinião em relação a sua aprovação, após decorrido um terço do prazo de sua vigência, a contar de novembro de 2016.

A Cooperativa vem apresentando capital circulante líquido negativo, passivo a descoberto e insuficiência de ativos garantidores de provisões técnicas e de margem de solvência, em relação aos parâmetros requeridos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Cooperativa, encontra-se sob regime de Direção Fiscal, e vem desenvolvendo programas de saneamento que se encontram submetidos a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Cooperativa e de suas controladas, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações. A recuperação dos valores registrados no ativo depende do sucesso das operações futuras da Cooperativa. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais e medidas para reversão futura da situação financeira e patrimonial apresentada em 31 de dezembro de 2016 estão sendo apresentados a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, aguardando uma posição da Autarquia.

**Enfase - Previsão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA**  
 Chamamos a atenção para a nota explicativa nº29 que destaca que a Unimed – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda., em 29 de dezembro de 2016, protocolizou na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS o Ofício nº069/2016, apresentando sua metodologia atuarial própria para cálculo e contabilização da Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA, conforme determina a legislação vigente. No entanto, como este protocolo não ocorreu com 30 (trinta) dias de antecedência a sua contabilização, como prevê a Resolução Normativa de nº393 de 2015, não foi possível de ser reconhecida dentro do exercício de 2016, mesmo a ANS tendo emitido o Ofício de nº3/2017/COATU em 19 de janeiro de 2017 informando que não há óbice à adoção da metodologia própria.

Como essa metodologia própria já era passível de ser calculada atuarialmente em dezembro de 2016, caso essa a contabilização tivesse sido previamente autorizada pela ANS e efetuada, o patrimônio líquido e o resultado do exercício de 2016 teriam recebido um incremento de, aproximadamente, R\$50.000 mil, de acordo com o apresentado na Nota Técnica. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós e o nosso relatório datado de 05 de dezembro de 2016 conteve ressalvas destacando “Diferenças apresentadas no contas a receber em relação aos saldos finais”, o “Termo de Compromisso” emitido pela - Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sobre a “Incerteza quanto à Continuidade Operacional”, além de ênfases que citavam os assuntos “Direito Econômico de Atletas – Intangível” e “Despesas e Investimentos com Clubes e Jogadores”.

**Balanco Social Anual do Grupo Unimed-Rio 2016**

1- Identificação em	Milhares de Reais (exceto itens 2 e 3)	
Nome da Cooperativa: Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.		
CNPJ: 42.163.881/0001-01	Ramo de atividade: [x] Saúde Tempo de Existência: 45 anos	
Responsável pelo preenchimento: Valéria Coutinho Nunes	Atuação: [x] Local [x] Urbana	

2. Indicadores do corpo funcional	2016			2015		
	Unimed-Rio - Consolidado			Unimed-Rio - Consolidado		
	Cooperados	Empregados	Total	Cooperados	Empregados	Total
Nº de pessoas na cooperativa (em 31/12)	4773	3890	8663	5516	3972	9508
Nº de admissões durante o período	1	1122	1123	0	1374	1374
Nº de saídas e demissões durante o período	362	1223	1590	121	1405	1526
Índice de rotatividade por substituição (turnover)	-	25,4	25,4	-	67	67
Nº de estagiários no período	-	39	39	-	27	27
Nº de voluntários efetivados no período	-	15	15	-	5	5
Nº de Aprendizes	-	82	82	-	81	81
Nº de trabalhadores terceirizados	-	81	81	-	444	444
Nº de trabalhadores com contrato temporário	-	17	17	-	14	14
Nº de homens na Cooperativa	2762	1192	3954	3203	1196	4399
Nº de mulheres na Cooperativa	2011	2698	4709	2313	2796	5109
Nº de branco(a)s na Cooperativa	-	1941	1941	-	2064	2064
Nº de negro(a)s na Cooperativa	-	1906	1906	-	1873	1873
Nº de indígenas na Cooperativa	-	11	11	-	13	13
Nº de amarelos na Cooperativa	-	32	32	-	42	42
Nº de pessoas com deficiência	-	112	112	-	101	101
Nº total de membros do Conselho de Administração	12	-	12	13	-	13
Nº total de mulheres no Conselho de Administração	2	-	2	3	-	3
Nº total de negros e indígenas no Conselho de Administração	0	-	0	0	-	0
Nº total de membros do Conselho Fiscal	6	-	6	6	-	6
Nº total de mulheres no Conselho Fiscal	0	-	0	2	-	2
Nº total de negros e indígenas no Conselho Fiscal	0	-	0	0	-	0
Nº total de membros da Diretoria Executiva	5	-	5	5	-	5
Nº total de mulheres na Diretoria Executiva	2	-	2	0	-	0
Nº total de negros e indígenas na Diretoria Executiva	0	-	0	0	-	0
Nº de homens cooperados nos conselhos e/ou na diretoria executiva	13	-	13	19	-	19
Nº de mulheres cooperadas nos conselhos e/ou na diretoria executiva	4	-	4	5	-	5
Nº de negros e indígenas cooperados em função administrativas e/ou na diretoria	0	-	0	0	-	0
Faixa etária dos empregados	-	-	-	-	-	-
Até 18 anos	-	9	9	-	17	17
De 19 a 24 anos	-	372	372	-	382	382
De 25 a 29 anos	-	653	653	-	754	754
De 30 a 45 anos	-	2205	2205	-	2206	2206
De 46 a 59 anos	-	595	595	-	567	567
A partir de 60 anos	-	56	56	-	66	66
Nº de pessoas nas categorias profissionais de trabalho	-	-	-	-	-	-
Gestão	-	117	117	-	154	154
Técnico	-	1337	1337	-	1333	1333
Operacional	-	2177	2177	-	2244	2244
Apoio	-	259	259	-	261	261
Remuneração média por categoria profissional de trabalho por gênero	-	-	-	-	-	-
Remuneração média Gestão	-	-	-	-	-	-
Remuneração média de Homens	-	R\$ 18.502,00	R\$ 18.502,00	-	R\$ 20.656,00	R\$ 20.656,00
Remuneração média de Mulheres	-	R\$ 14.603,00	R\$ 14.603,00	-	R\$ 12.006,00	R\$ 12.006,00
Remuneração média Técnico	-	-	-	-	-	-
Remuneração média de Homens	-	R\$ 5.523,00	R\$ 5.523,00	-	R\$ 2.310,00	R\$ 2.310,00
Remuneração média de Mulheres	-	R\$ 5.128,00	R\$ 5.128,00	-	R\$ 1.448,00	R\$ 1.448,00
Remuneração média Operacional	-	-	-	-	-	-
Remuneração média de Homens	-	R\$ 1.733,00	R\$ 1.733,00	-	R\$ 1.281,00	R\$ 1.281,00
Remuneração média de Mulheres	-	R\$ 1.676,00	R\$ 1.676,00	-	R\$ 1.105,00	R\$ 1.105,00
Remuneração média Apoio	-	-	-	-	-	-
Remuneração média de Homens	-	R\$ 1.153,00	R\$ 1.153,00	-	R\$ 3.305,00	R\$ 3.305,00
Remuneração média de Mulheres	-	R\$ 1.321,00	R\$ 1.321,00	-	R\$ 3.266,00	R\$ 3.266,00
Remuneração média por categoria profissional de trabalho por raça	-	-	-	-	-	-
Remuneração média dos brancos	-	-	-	-	-	-
Gestão	-	R\$ 17.224,00	R\$ 17.224,00	-	R\$ 16.373,00	R\$ 16.373,00
Técnico	-	R\$ 5.516,00	R\$ 5.516,00	-	R\$ 5.219,00	R\$ 5.219,00
Operacional	-	R\$ 1.806,00	R\$ 1.806,00	-	R\$ 1.699,00	R\$ 1.699,00
Apoio	-	R\$ 1.689,00	R\$ 1.689,00	-	R\$ 1.769,00	R\$ 1.769,00
Remuneração média dos negros	-	-	-	-	-	-
Gestão	-	R\$ 11.992,00	R\$ 11.992,00	-	R\$ 11.363,00	R\$ 11.363,00
Técnico	-	R\$ 4.723,00	R\$ 4.723,00	-	R\$ 4.467,00	R\$ 4.467,00
Operacional	-	R\$ 1.565,00	R\$ 1.565,00	-	R\$ 1.482,00	R\$ 1.482,00
Apoio	-	R\$ 876,00	R\$ 876,00	-	R\$ 1.072,00	R\$ 1.072,00
Remuneração média dos indígenas	-	-	-	-	-	-
Gestão	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ -	R\$ -
Técnico	-	R\$ 9.179,00	R\$ 9.179,00	-	R\$ -	R\$ -
Operacional	-	R\$ 1.345,00	R\$ 1.345,00	-	R\$ 1.167,00	R\$ 1.167,00
Apoio	-	R\$ 993,00	R\$ 993,00	-	R\$ 936,00	R\$ 936,00
% de negros na trajetória de gestão (chefias)	-	18%	18%	-	14%	14%
% de indígenas na trajetória de gestão (chefias)	-	0%	0%	-	0	0
% de mulheres na trajetória de gestão (chefias)	-	57%	57%	-	61%	61%
Nº de colaboradores por Escolaridade	-	0	0	-	0	0
Não alfabetizados	-	0	0	-	0	0
Ensino fundamental incompleto	-	3	3	-	3	3
Ensino fundamental completo	-	76	76	-	42	42
Ensino médio completo	-	1513	1513	-	1565	1565
Ensino técnico completo	-	724	724	-	703	703
Ensino superior completo	-	1366	1366	-	1439	1439
Pós-graduação Lato Sensu completo	-	202	202	-	234	234
Pós-graduação Stricto Sensu	-	6	6	-	6	6
Pós-doutorado	-	0	0	-	0	0
A cooperativa estimula a educação básica, ensino médio e superior (supletivo ou regular) dos(as) trabalhadores(as)?	-	-	-	-	-	-
Educação básica (Nº de beneficiados)	-	0	0	-	0	0
Ensino Médio (Nº de beneficiados)	-	0	0	-	0	0
Ensino Superior (Nº de beneficiados)	-	8	8	-	1	1
Nº total de acidentes de trabalho	-	71	71	-	71	71
Nº de acidente de trajeto	-	20	20	-	9	9
Nº de acidentes na atividade fim	-	51	51	-	62	62

Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho?  
 Não  Sim, Organização de Comissões [x] Sim, fornecendo equipamentos  
 Sim, realizando campanhas e capacitações [x] Sim, realizando campanhas e capacitações  
 Sim, programas de medicina preventiva [x] Sim, programas de medicina preventiva  
 Outros  Outros

3. Indicadores de organização e gestão	2016	2015
Valor da maior remuneração repassada ao(a) cooperado(a)	R\$ 525,610,00	R\$ 326,285,00
Valor da maior remuneração repassada ao(a) cooperado(a)	R\$ 3,60	R\$ 80,00
Valor do maior salário pago ao(a) empregado(a)	R\$ 118.512,00 para Cooperativa e R\$ 18.297,00 para *UREMH	R\$ 69.268,00 para Cooperativa e R\$ 17.891,00 para *UREMH
Valor do menor salário pago ao(a) empregado(a)	R\$ 794,00 para Cooperativa e para *UREMH [ ] Distribuição entre os(as) cooperados(as) [ ] Fundos [ ] Aumento de capital [x] Não Foram distribuídas sobras no período	R\$ 719,00 para Cooperativa e para *UREMH [ ] Distribuição entre os(as) cooperados(as) [ ] Fundos [ ] Aumento de capital [x] Não Foram distribuídas sobras no período
Destino das sobras	[ ] Reserva Legal [x] Outro [x] Fundo para educação - RATES	[x] Reserva Legal [x] Outro [x] Fundo para educação - RATES
Fundos existentes	26% - média de 8 assembleias [ ] Investimentos [ ] Reforma Estatuto [x] Destino das sobras ou perdas [ ] Admissão, eliminação e exclusão de cooperados(as)/cooperativas/sócios [ ] Pagamento de credores [ ] Liquidação [ ] Novos Produtos [x] Outro [x] Conselho técnico [ ] Comitê educativo	31% e 27% [ ] Investimentos [ ] Reforma Estatuto [x] Destino das sobras ou perdas [ ] Admissão, eliminação e exclusão de cooperados(as)/cooperativas/sócios [ ] Pagamento de credores [ ] Liquidação [ ] Novos Produtos [x] Outro [x] Conselho técnico [ ] Comitê educativo
Outros órgãos sociais existentes na cooperativa	[x] Conselho de especialidade [ ] Medicina preventiva [ ] Outro [ ] Comitê de auditoria e riscos	[x] Conselho de especialidade [ ] Medicina preventiva [ ] Outro [ ] Comitê de auditoria e riscos
Renovação dos cargos diretivos	[ ] 1/3 [ ] 2/3 [ ] Sem em renovação [ ] Outros [x] Total	[ ] 1/3 [ ] 2/3 [ ] Sem em renovação [x] Outros [ ] Total

**Demonstrações do Valor Adicionado – DVA**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, apesar de não serem requeridas para as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CRC-09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito deste assunto.

**Responsabilidades da administração e da cooperativa sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa opinião sobre a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Geralmente, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2017.

Lopes, Machado		B K R	
Assessoria em Contabilidade e Negócios		Assessoria em Contabilidade e Negócios	
CRC-RJ-2026-O/5	Marcio Alves Gonçalves Marçal		
Mário Vieira Lopes	Contador - CRC-RJ -106.994/O-8		
Contador - CRC-RJ - 60.611/O			

3. Indicadores de organização e gestão	2016	2015
3 Critérios principais para admissão de novos(as) cooperados(as)	<input type="checkbox"/> Conhecimento sobre cooperativismo [x]	



6. Indicadores sociais externos (investimentos na comunidade)	2016 - Consolidado		2015 - Consolidado	
	Valores		Valores	
Investimento em eventos	0		109	
nº de público alvo	0		26.200	
nº de eventos	0		ND	
Investimentos em programas e/ou projetos ambientais	0		0	
Investimento em campanhas de mobilização e conscientização socioambiental	0		0	
Investimento em voluntariado	0		1	
nº de voluntários	335		391	
nº de entidades beneficiadas	4		4	
Investimentos em Saúde	9.791		10.469	
nº de pessoas beneficiadas	137.364		171.696	
nº de entidades beneficiadas	9.997		10.563	
Investimentos em educação/alfabetização	0		0	
6.6.1 - nº de pessoas beneficiadas	0		0	
6.6.2 - nº de entidades beneficiadas	0		0	
Investimentos em capacitação profissional	0		0	
6.7.1 - nº de pessoas beneficiadas	0		0	
6.7.2 - nº de entidades beneficiadas	0		0	
Investimentos em esportes	21		411	
6.8.1 - nº de pessoas beneficiadas	737		107.580	
6.8.2 - nº de entidades beneficiadas	2		3	
Investimentos em cultura e/ou lazer	26		790	
6.9.1 - nº de pessoas beneficiadas	30.970		178.612	
6.9.2 - nº de entidades beneficiadas	4		5	
Gastos com ações sociais/filantropia (financeira, produtos e/ou serviços)/ajudas humanitárias	0		1.043	
6.10.1 - nº de pessoas beneficiadas diretamente	0		99.216	
6.10.2 - nº de pessoas beneficiadas indiretamente	0		0	
6.10.3 - nº de entidades beneficiadas	0		1	
Outros	0		0	
Total de pessoas beneficiadas	169.046		584.695	
Total de entidades beneficiadas	10.007		10.576	
Total dos Investimentos Externos	9.839		12.825	

7. Outras Informações	2016 - Consolidado	2015 - Consolidado
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input type="checkbox"/> Empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input type="checkbox"/> Empregados
A participação nas sobras ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input type="checkbox"/> Empregados <input checked="" type="checkbox"/> Neste período não houve distribuição	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input type="checkbox"/> Empregados <input checked="" type="checkbox"/> Neste período não houve distribuição
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela cooperativa forma definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Gerência <input type="checkbox"/> Empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Gerência <input type="checkbox"/> Empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Gerência <input type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Gerência <input type="checkbox"/> Empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos empregados, a cooperativa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> Segue as Normas da OIT <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> Segue as Normas da OIT <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela cooperativa:	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos <input type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos <input type="checkbox"/> São exigidos
Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a cooperativa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Apoia <input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Apoia <input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas recebidas:		
a) Na Cooperativa	64.687	71.898
b) No Procon	515	492

## Balço Social Anual do Grupo Unimed-Rio

As informações do Balço Social de 31 de dezembro de 2016 do Grupo Unimed-Rio são apresentadas de forma consolidada, compostas pela Unimed-Rio Cooperativa, sua controlada direta Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A e controladas indiretas, Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda., Unimed-Rio Soluções em Saúde Ltda e CEFIS – Centro de Excelência Física Unimed-Rio e FJG.

A Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. – “Unimed-Rio” ou “Cooperativa” – foi constituída em 08 de dezembro de 1971, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 42.163.881/0001-01, que obedece às diretrizes da Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências, e tem por finalidade a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento da assistência médica. A sede da Unimed-Rio está localizada na Avenida Armando Lombardi, 400, lojas 101 a 105, 108 e 109, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ, e tem como missão ser a melhor referência em soluções inovadoras de saúde.

A Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A (“Unimed-Rio Participações”) foi constituída em 09 de setembro de 2010, tendo a Unimed-Rio participação no capital social de 99,999%. Tem por objeto a participação em outras empresas; a prestação de serviços de utilização e exploração de sistemas informatizados; a aquisição, manutenção, cessão e alienação de direitos econômico-financeiros decorrentes de cessões temporárias e/ou definitivas de direitos de contratos de marketing esportivo; a consultoria e assessoria desportiva, e ainda a aquisição, manutenção, cessão e alienação de direitos de uso de nome/apelido, voz e imagem de desportistas; a promoção de marketing e eventos e a exploração de serviços médicos de qualquer natureza, categoria ou porte.

Em dezembro de 2013, a Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A., constituiu em conjunto com a empresa Oncologia e Investimentos Oncológico, cujo início das operações aconteceu em 28 de abril de 2014, contando com a área de infusão de drogas oncológicas, com radioterapia de última geração.

A Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda. (“Unimed-Rio Empreendimentos”) foi constituída em 11 de janeiro de 2008 e possui como principal objetivo social a realização de investimentos no segmento hospitalar. A Unimed-Rio Participações possui participação de 99,999% do capital social da Unimed-Rio Empreendimentos. Atualmente possui: duas unidades de Pronto Atendimento (PA Barra da Tijuca – inaugurado em outubro de 2010 e PA Copacabana – inaugurado em dezembro de 2011), um Centro de atendimento dedicado à Gestão de Saúde (EPVM – Espaço para viver melhor – inaugurado em agosto de 2011) e um Centro de Excelência Física - CEFIS (inaugurado 2º semestre de 2013), que tem objetivo de unir a prática de atividades esportivas à busca de mais saúde e qualidade de vida como forma de prevenção de doenças crônicas.

A Unimed-Rio Soluções em Saúde Ltda. (“Unimed-Rio Soluções”), foi constituída em abril de 2011 com o objetivo de exploração de serviços médicos de qualquer natureza, inclusive hospitalares e de exames e diagnósticos médicos laboratoriais, radiológicos, nutrição, vacinação, atendimento fisioterápico e de terapia ocupacional, organização de seminários, congressos de medicina, promoção de intercâmbio nacional e internacional para a difusão dos conhecimentos médicos, construção, desenvolvimento, implementação de manutenção de sistemas informatizados voltados à prestação de assistência à saúde, e aquisição e locação de equipamentos médicos e hospitalares e de tecnologias da informação.

Em 2016, diversos fatores políticos fizeram parte do contexto da empresa e refletem as informações contidas neste documento, sendo destacadas:  
- Renovação do Regime de Direção Fiscal da Unimed-Rio por mais um ano, em 23 de março de 2016, por meio da Resolução Operacional – RO nº 2.008, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A Direção Fiscal teve início 25 de março de 2015 devido aos problemas econômico-financeiros apresentados no ano anterior, referentes às questões regulatórias exigidas pelo órgão. A função da agência é acompanhar de forma presencial a situação econômico-financeira da Operadora.

- Assembleia Geral Extraordinária de 23/08/2016 para eleição do Conselho de Administração, sendo 05 (cinco) membros para a diretoria Executiva (Diretores Presidente, Médico, Administrativo, Financeiro e Mercado), 10 (dez) membros vogais e 03 (três) suplentes; e eleição do conselho técnico, sendo 07 (sete) efetivos e 02 (dois) suplentes, sendo deliberada também a remuneração dos dirigentes.

- Assembleia Geral Extraordinária de 27/09/2016 para apresentação de propostas para ressarcimento por parte dos cooperados referente ao pagamento da IN20, porém as propostas sugeridas não foram aceitas pelos cooperados. A Unimed-Rio visando o equilíbrio financeiro e econômico da Cooperativa, apresentou proposta e a Assembleia concordou em continuar descontando 30% da produção mensal do cooperado.

- Assinatura de Termo de Compromisso entre as entidades: Ministério Público Federal, Ministério de Saúde do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Rio de Janeiro, ANS, Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Rio de Janeiro, Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviço de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro, Unimed do Brasil, Central Nacional Unimed, Unimed Seguros, Federação das Unimed do Rio de Janeiro e a Unimed-Rio em 24/11/2016.

- Em 20 de dezembro de 2016, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, na qual foram aprovadas as contas dos exercícios de 2014 e 2015, as quais haviam sido reprovadas pelos cooperados em Assembleias anteriores. Foi definido o rateio das perdas acumuladas de ambos exercícios que será realizada através do desconto de 1% (um por cento) ao mês, a partir de maio de 2017.

As informações contidas neste Balço foram coletadas por equipe do Item 2 – Indicadores de Comunicação e Marketing e pontos focais de diversas áreas do Grupo Unimed-Rio. Os valores apresentados estão expressos em milhares de reais, com exceção da Item 2 – Indicadores de Corpo Funcional e 3 – Indicadores de Organização e gestão e aqueles sinalizados por outras unidades de medidas.

### 2. Indicadores do Corpo Funcional

Alguns indicadores de diversidade e escolaridade relacionados aos Cooperados não são disponibilizados pela ausência de campos específicos na ficha de cadastramento dos cooperados. A inclusão deste item requer mudança estrutural de programa e será realizada quando possível.

Consideramos para este grupo de indicadores, a seguintes categorias:

**Gestão:** Categoria de agrupamento de cargos que respondem pela definição e viabilização da estratégia organizacional por meio do estabelecimento de prioridades organizacionais, gestão de recursos e de pessoas. Exemplo: supervisores, coordenadores, gerentes, gerentes executivos e outros cargos de gestão celetistas.

**Técnico:** categoria de agrupamento de cargos que executa atividades analíticas, conceituais e criativas. Tem compreensão ampla e profunda de conhecimentos técnicos e teóricos em suas áreas de competência. São cargos que exigem graduação e experiência profissional. Exemplo: analistas e consultores das áreas administrativas, enfermeiros, fisioterapeutas, fonopediologistas, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, biomédicos, radiologistas e outros cargos especialistas de laboratório e de centros de diagnóstico.

**Operacional:** categoria de agrupamento de cargos que executam procedimentos e atividades estruturadas e pré-estabelecidas. Exemplo: assistentes e auxiliares das áreas administrativas e técnicos de enfermagem, de radiologia, ressonância, tomografia e outros cargos operacionais das áreas assistenciais.

**Apoio:** categoria de agrupamento de cargos de apoio geral e logístico às diversas áreas e funções da organização. Exemplo: motoristas, mensageiros, recepcionistas, copeiras, seguradoras, profissionais de portaria e outras funções de apoio à operação da Unimed.

### Número total de colaboradores - Colaboradores

Foram considerados somente os colaboradores registrados em regime CLT, jovens aprendizes e diretores.

### Número de trabalhadores terceirizados

O número refere-se os trabalhadores com vínculos empregatícios em outras empresas, sócios-proprietários de empresas prestadoras de serviço e autônomos com atividades regulamentadas, que prestem serviços dentro da cooperativa e que tenham frequência regular, constante e, presumivelmente de longa duração, incluindo estagiários.

### Escolaridade dos Empregados

Os colaboradores que não possuem grau completo são classificados no grau abaixo. Desta forma, o número de colaboradores com ensino médio é composto por ensino médio completo e ensino superior incompleto.

## RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELACIONADOS COM INFORMAÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

### Aos

**Administradores e Cooperados da UNIMED – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.**

### Introdução

Fomos contratados para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das Informações relacionadas com Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Balço Social da **Unimed – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.** e de suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### Responsabilidade da Administração da Operadora

A administração da Operadora é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes do Balço Social de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do Balço Social, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a Resolução nº 1.407/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Balço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes. Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Operadora e outros profissionais da Operadora que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Balço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Balço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes. Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Balço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base

7. Outras Informações	2016 - Consolidado	2015 - Consolidado
c) Na Justiça	6.966	8.339
d) Na ANS	6.676	10.542
e) no site do Reclame Aqui	2.936	4.600
Número total de reclamações e críticas respondidas:	-	-
a) Na Cooperativa	64.687	71.898
b) No Procon	503	460
c) Na Justiça	3.878	10.806
d) Na ANS	6.676	10.542
e) no site do Reclame Aqui	2.936	4.600
Valor total de indenizações pagas no período por determinação de órgãos de defesa do consumidor e/ou justiça	33.681	28.759
Total do valor gastos com fornecedores	64.911	147.323
% do valor gasto com fornecedores locais	Não disponível	Não disponível
Compras de “serviços e/ou bens” de outras cooperativas	0	0
Valor adicionado a distribuir - Vide DVA - em milhares	688.552	812.482 - Reapresentado
Distribuição % do valor adicionado		
a) Governo	-11,96%	5,63%
b) Cooperados	66,51%	58,68%
c) Empregados	20,47%	17,02%
d) Terceiros	13,72%	13,28%
e) Sociedade	1,43%	1,57%
f) À disposição da AGO	9,84%	3,82%

8. Indicadores ambientais	2016 - Consolidado	2015 - Consolidado
Valor (R\$ mil) Total do Passivo Ambiental	0	0
Recursos Financeiros Aportados em Meio Ambiente		
Educação e treinamento ambiental	0	0
Serviços externos de gestão ambiental	0	0
Certificação externa do sistema de gestão ambiental	0	0
Pesquisa e desenvolvimento	0	0
Despesas extras com a adoção de tecnologia mais limpas	0	0
Despesas extras com compras “verdes”	0	0
Outros custos de gestão ambiental	0	0
A Unimed controla a emissão e equivalentes de CO2 dos GEE (Gases de Efeito Estufa)	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Se sim, Quantidade de emissões e equivalentes de CO2 dos GEE (tCO2e)		
Escopo 1 (tCO2e)		
Escopo 2 (tCO2e)		
Escopo 3 (tCO2e)		
Consumo de energia dentro da organização (KWh)	4.781.484	10.974.499
Consumo de água dentro da organização (m³)	90.584	67.971
Fontes de retirada de água	<input checked="" type="checkbox"/> Concessionária pública <input type="checkbox"/> Poços artesanais <input type="checkbox"/> Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Concessionária pública <input type="checkbox"/> Poços artesanais <input type="checkbox"/> Outros
Material utilizado em peso (Kg)		
Papel (kg)	11.147 Kg	26.542 Kg
Copos Plásticos (unidades)	6.732.845 und.	1.486.408 und.
Resíduos Segregados		
Resíduos infectante/perfurocortante (Kg)	2.213.775 Kg	1.311.372 Kg
Resíduos recicláveis (Kg)	27.429 Kg	12.746 Kg
Resíduos para descontaminação (kg)	69.645 Kg	68.640 Kg
Resíduos orgânicos (Kg)	8.981.813 Kg	6.279.586 Kg
Destinação dos resíduos segregados	<input checked="" type="checkbox"/> Empresa terceirizada <input type="checkbox"/> Recicladora <input type="checkbox"/> Organismo governamental <input type="checkbox"/> Empresas de adubos <input type="checkbox"/> Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Empresa terceirizada <input type="checkbox"/> Recicladora <input type="checkbox"/> Organismo governamental <input type="checkbox"/> Empresas de adubos <input type="checkbox"/> Outros

### % de negros na trajetória de gestão

O valor de 18% apresentado refere-se à Unimed-Rio Cooperativa. Para suas controladas diretas, o percentual também é de 18%.

### % de mulheres na trajetória de gestão

O valor de 57% apresentado refere-se à Unimed-Rio Cooperativa. Para suas controladas diretas, o percentual é de 69%.

Com relação aos indicadores de remuneração média por categoria funcional, foram informados os valores da Cooperativa.

### 3. Indicadores de organização e gestão

#### As informações de gestão contidas neste indicador referem-se às práticas da Unimed-Rio Cooperativa.

#### Valor do maior salário pago ao(à) empregado

Refere-se ao pagamento de salário incluindo de empregado comissionado. O valor do maior salário pago pela Unimed-Rio foi de R\$ 118.512,00 e pela Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares (\* UREMh) foi de R\$ 18.297,00

#### Renovação dos cargos diretos

Em 2016, foi realizada renovação total dos cargos diretos da Unimed-Rio Cooperativa, após destituição da diretoria eleita com mandato até 2018.

#### Principal fonte de crédito

Em 2016, considerou-se fonte de crédito todos os credores da Unimed-Rio sendo eles bancos, fornecedores diversos, cooperados, rede credenciada, Sicredi.

#### Frequência média nas Assembleias pelos(as) cooperados(as)

Foram realizadas 8 (oito) Assembleias em 2016.

#### 5. Indicadores sociais internos (benefícios para cooperados(as) e empregados(as)).

#### Em 2016, o Grupo Unimed-Rio realizou diversas medidas de reestruturação organizacional, promovendo reduções e ajustes necessários em diversos projetos e ações para equilíbrio de sua operação.

#### Investimento em alimentação, creche/auxílio creche, transporte e saúde

Os valores informados são anuais, ou seja, todos os colaboradores que receberam este benefício no ano, independente de estarem ativos em 31/12/2016 ou não. A variação acompanha o número de empregados.

#### Investimento em eventos – Cooperados

O valor investido refere-se ao custeio das 8 Assembleias de cooperados realizadas em 2016, conforme editais de convocação publicados.

#### Investimento em capacitação – Cooperados

O investimento em capacitação para cooperados foi direcionado para realização do Ciclo de Estudos para Secretária no qual receberam treinamento mais de 1.000 secretárias de médicos, em 4 módulos específicos.

#### Investimento em Cultura e Lazer – Cooperados e Colaboradores

Em 2016 foram realizadas ações de ativação nos projetos apoiados por meio de leis de incentivo – ISS e Rouanet. Para saber mais visite [www.unimedrio.com.br/sustentabilidade](http://www.unimedrio.com.br/sustentabilidade). O número de beneficiários diminuiu em função da redução de ações realizadas.

#### Total de horas de treinamento para empregado(a)s em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos

São considerados os treinamentos realizados para novos colaboradores – ambientação, na qual são apresentados os princípios do Código de Conduta do grupo Unimed-Rio.

#### Seguro de Vida – Cooperados

Os valores apresentados referem-se ao benefício em vida e, a partir de 2014, foram considerados também os valores do BPF – Benefício de proteção familiar. Em 2016 este valor foi de 5,5 milhões e em 2015 de 5,8 milhões

#### 6. Indicadores sociais externos

São ações destinadas a todo e qualquer público, podendo ser abertas ou restritas, realizadas de forma paga ou gratuita.

#### Investimento em cultura e/ou lazer

A redução do investimento se deu em função do uso de recursos incentivados. Em 2016 este investimento foi de 26 mil e 2015 de 790 mil

#### Investimento em saúde

Aumento da abrangência das ações de Gestão de Saúde – Programa Para Viver Melhor e apoio em publicações na área de saúde de grande abrangência. Em 2016 o valor destas ações foi de 9,7 milhões com mais de 137 mil pessoas beneficiadas e de 10,5 milhões em 2015 com 170 mil beneficiados.

### 7. Outras Informações

#### Número total de reclamações e críticas solucionadas

Adotamos o seguinte critério com relação às reclamações recebidas pelos canais normais da Cooperativa: consideramos reclamações/críticas solucionadas aquelas que foram respondidas pela Unimed-Rio sem que tenham retornado por nenhum outro canal.

Aparar do contexto vivido pela Unimed-Rio, estes números reduziram em função de medidas tomadas para garantir o atendimento ao cliente mas também acompanha proporcionalmente a redução do número de beneficiários.

#### Total de gastos com fornecedores

Foram informados os valores aproximados gastos com fornecedores gerais de bens e serviços, sem considerar gastos com concessionárias de serviços públicos, órteses, próteses e materiais médicos incluindo nossos serviços próprios.

### 8. Informações Ambientais

Com relação às informações ambientais, o grupo Unimed-Rio não realizou investimentos de emissões de gases do efeito estufa em 2016. Os investimentos foram concentrados no gerenciamento de resíduos das nossas unidades próprias.

Em 2015 foi o primeiro ano do reporte destas informações e por isso foram ajustados algumas unidades de medida e/ou mensuração realizada somente em 2016

#### Copos plásticos – por unidade

Não é possível realizar a comparação de aumento pois em 2015 não foi reportado o consumo de copos no Hospital Unimed-Rio. Em 2016, somente esta unidade consumiu 4.782.500 copos.

Copos Plásticos	2016	2015
Copos Plásticos – Total	6.732.845 unidades	1.486.408 unidades
Copos Plásticos Hospital	4.782.500 unidades	0

#### Consumo de energia

Este número não é comparável. As informações do período anterior não trazem confiabilidade para comparação. Em 2016, a unidade de medida utilizada foi em KWH.

#### Resíduos segregados